

MUNDO DOS RAROS

Documentário lança olhar sobre pessoas com doenças raras, pouco visíveis mesmo sendo 15 milhões no Brasil

“Quando meu primeiro filho nasceu [com mucopolissacaridose do tipo 6, doença metabólica causada por erro inato do metabolismo], não tinha informação, não existia nada que pudesse nos ajudar como pais a saber exatamente com o que a gente estava lidando. Não havia diagnóstico preciso e não havia tratamento”, conta Regina Próspero. Regina é uma das entrevistadas do documentário “Mundo dos Raros”, lançado em fevereiro no YouTube, com depoimentos de quem sofre tanto por doenças raras quanto pela jornada na busca de informações e tratamentos.

No mundo, em torno de 560 milhões de pessoas são portadoras de alguma doença rara, uma categoria que abrange mais de 8 mil tipos, normalmente crônicas, progressivas, incapacitantes e sem cura — não há tratamento específico para 95% delas. No Brasil, são consideradas raras as doenças que atingem um máximo de 65 pessoas a cada 100 mil habitantes (*Radis* 149).

“No dia em que descobri que tinha hepatite autoimune, me lembro de descer do consultório, sentar na praça e ficar sem conseguir pensar em nada do que iria fazer dali por diante”, relata Andrea Soares. Mas, seis anos depois do diagnóstico, foi ela quem idealizou e ajudou a produzir o documentário, “para incluir pela arte os 15 milhões de raros que vivem em

exclusão no país”. “Quería mostrar que a gente existe”, diz ela à *Radis*. O vídeo foi dirigido por Sergio Spina e produzido pela NaVeia Filmes.

Nos depoimentos, são especialmente frequentes as falas que apontam o problema da falta de informação. “Há uma grande dificuldade de encontrar caminhos. Se a doença é rara para mim, é para você, para o médico, para todo mundo”, observa Andrea. A escolha por disponibilizar o filme no YouTube também parte da intenção de derrubar as barreiras de acesso: “Assim, podemos chegar a mais gente e fazer com que as pessoas com doenças raras se sintam olhadas como pessoas e não como portadoras de determinada doença”.

O filme tenta aproximar a sociedade desse universo: mostra como levam a vida tentando se adaptar às novas condições, a se inserirem no mundo dos “não” doentes, a serem reconhecidos e respeitados. A psicóloga Angélica Rente levanta a questão: “Como não deixar que as diferenças se sobreponham tanto e as pessoas vivendo nessa circunstância deixam de pertencer?”. A resposta, para ela, é a empatia. “Empatia não é um sentimento, mas uma qualidade de ação. Podemos viver mais coletivamente, de maneira mais comunitária”. (B.D.)

Assista em mundodosraros.com

Epidemia de fraudes

Ao contrário do que se costuma pensar, comunicação não é a simples transmissão de informação em que um receptor passivo entende exatamente o que um emissor diz. Sem entrar em distinções de conceitos e modelos, é mais realista entendê-la como um processo social, uma arena em que muitas vozes e versões estão sempre em disputa para dar sentido a fatos, coisas, acontecimentos e experiências humanas. Com as tecnologias e redes sociais digitais e a explosão de informações que circulam em nosso cotidiano, a disputa entre diferentes narrativas, que sempre existiu, ganhou dimensão bem maior e complexa.

Nossa matéria de capa traz a discussão sobre o fenômeno das *fake news*, que são notícias intencionalmente fraudadas para circular preferencialmente nas redes sociais digitais, simulando o estilo jornalístico e reunindo ou não alguns fragmentos de realidade a um conjunto de elementos e conclusões deliberadamente inventados para enganar as pessoas, com objetivo político, comercial, ou o propósito de atacar indivíduos ou coletividades. A repórter Ana Cláudia Peres ouviu jornalistas e pesquisadores de instituições como UFRJ, USP e Fiocruz e também traz o posicionamento de coletivos de comunicação como Intêrvozes, Pública, Instituto Igarapé e agências Aos Fatos e Boatos.com, que checam origem, veracidade e correção do que é propagado.

Há sites especializados em criar estas notícias e fazê-las circular por meio de robôs e perfis falsos. Impressiona a quantidade de *fake news* na política, como ocorreu nas últimas campanhas presidenciais no Brasil e nos Estados Unidos. Notícias comprovadamente falsas foram usadas para atingir a reputação da vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada no Rio de Janeiro. São estratégias que enfraquecem a democracia e provavelmente tentarão influenciar as eleições brasileiras deste ano.

Segundo pesquisadores, "verdadeiro", hoje, é aquilo que circula mais e que chega

por meio de vínculos afetivos nas redes sociais, mesmo que a narrativa pareça inverossímil. O fenômeno é reforçado pela desconfiança nas instituições em geral e nos meios de comunicação tradicionais — neste caso, por abdicarem do jornalismo comprometido com a apuração e frequentemente manipularem notícias. Notícias falsas são aceitas por dizer o que as pessoas já querem acreditar, especialmente quando há polarização ideológica, ou de valores religiosos ou culturais.

Na saúde, *fake news* se tornaram epidemia, somando-se a outra categoria de notícias falsas ou imprecisas, que são os boatos, também analisados na reportagem. Na epidemia de febre amarela de 2017, essas narrativas influenciaram em morte de macacos, baixo índice de vacinação e pânico entre a população. O antídoto para este mal pode estar no diálogo nas redes sociais digitais e na checagem independente de informações por parte da sociedade, com plataformas inovadoras. Há meios de identificar *fake news* e fugir de boatos.

Ainda nesta edição, aprovação da legalização do aborto na Câmara de Deputados da Argentina, intolerância do governo americano com imigrantes e refugiados, estratégias de resistência ao racismo no Brasil, violência contra os pobres na intervenção militar no Rio e crescimento da aids. Reportagem de Luiz Felipe Stevanim ouviu lideranças populares sobre um modelo que se contrapõe ao predatório agronegócio. A agroecologia, uma alternativa saudável de produção de alimentos, social e ambientalmente sustentável e economicamente viável, será debatida no 12º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que reúne, em julho, oito mil pesquisadores, alunos e trabalhadores da saúde na sede da Fiocruz, no Rio de Janeiro.

Rogério Lannes Rocha

Editor chefe e coordenador do Programa Radis

Expressões e Experiências

- Mundo dos raros 2

Editorial

- Epidemia de fraudes 3

Voz do leitor

- 4

Súmula

- 5

Toques da Redação

- 9

Direito à cidade

- Mapa de enfrentamento aos racismos 10

Capa | Fake news

- Deu na internet! 12
- Entrevista | Ivan Paganotti: "Fake news são notícias fraudulentas" 18
- Desconstruindo o boato 20
- Não compartilhe 20



Agroecologia

- Alimento da diversidade 22
- Cultivos da resistência 26
- Carta política do 4 ENA 30

Entrevista

- Alexandre Kalache: "Brasil envelhece sem preparo" 32

Serviço

- 34

Pós-Tudo

- A nova "onda" da aids 35

Capa: arte de Felipe Plauska

RADIS . Jornalismo premiado
pela Opas e pela Asfoc-SN



CARTUM



Aborto e planejamento familiar



Parabéns, *Radis* pela luta em defesa do direito à saúde! Eu tenho percebido que há um apoio constante ao direito de a mulher abortar com dignidade, com a assistência à saúde, e concordo que realmente devemos garantir a assistência em qualquer situação. Eu só não percebo um grande movimento em garantir um planejamento familiar para esta mesma população, o que iria evitar a morte de muitas mulheres que não têm condição psicológica, social ou física de engravidar. Sugiro trabalhar mais esse tema, e mostrar dados reais sobre o número de mulheres que foram a óbito.

• Valéria de Souza

Sou assinante e leitor assíduo da *Radis* desde 2003. Ao longo da minha trajetória profissional, incluindo o cargo de Secretário de Saúde, que ocupei por duas vezes em meu município, pude usufruir de conteúdos publicados por esta conceituada revista. Na edição nº 65, a revista publicou minha correspondência que expressava minha posição contra a legalização do aborto. Na abordagem do tema, na *Radis* 187, chama-me atenção a afirmação: "No Uruguai, em 2012, o primeiro ano após a legalização do procedimento no país, não houve nenhuma morte de mulher em decorrência de complicações dos sete mil procedimentos". Assusta-me a defesa dessa postura que busca conferir cidadania e autonomia reais às mulheres, matando, só neste exemplo, sete mil fetos, homens e mulheres indefesos. Não ao desprezo pela vida, sim a uma maior conscientização na busca de homens e mulheres mais responsáveis. Gerar uma vida é um dom sagrado, legalizar o aborto significa legalizar o extermínio.

• Tarcizio Martins, Manoel Vitorino, BA

R: *Tarcizio, Radis vem pautando a discussão do aborto do ponto de vista da saúde pública, buscando garantir assistência às mulheres, para diminuir a mortalidade decorrente desse procedimento. Na edição de agosto, voltaremos ao tema, também tratando do planejamento familiar, como sugerido pela Valéria.*

Austeridade

Quero parabenizar a revista *Radis* pelo excelente trabalho. É imensurável a contribuição e o cuidado que a revista tem com os seus leitores. Sou estudante de Enfermagem, beneficiada pelas excelentes matérias publicadas, muito pertinentes quando tratam de temas relacionados à saúde e às políticas públicas. Parabéns a toda a equipe envolvida na reportagem "Austeridade Mata" (*Radis* 185)! Gostaria ainda de sugerir uma pauta sobre a autonomia do enfermeiro no processo de cuidar.

• Carla Karine Alcântara, Catu, BA

R: *Carla, agradecemos pelo comentário e pela sugestão.*

Tuberculose

Na edição 187, vocês abordaram um assunto que nunca deveria sair da pauta de prioridades da saúde coletiva, a tuberculose. Vergonhosamente temos uma situação epidemiológica que demonstra não haver de fato nada sendo realmente significativo para controlar o problema e evitar tanto óbito. A tuberculose em Pernambuco deveria apresentar melhores resultados, já que existe uma estratégia diferenciada, mas o que vemos é que os indicadores não melhoram. A pergunta

seria: o que tem sido feito em outros locais, com características semelhantes, que têm de fato mudanças positivas? Gosto muito das reportagens da *Radis*, mas nesta reportagem senti que faltou uma série histórica dos indicadores de Pernambuco ou de Recife (capital do óbito por tuberculose no Brasil), e um comparativo com dados de outros estados com experiências de fato exitosas e reflexo nos indicadores.

• Beatriz de Souza, Recife, PE

R: *Beatriz, a matéria "Atenção total" (Radis 187), um relato das ações de Pernambuco para deter o avanço da tuberculose, é continuação de "Corrida contra o tempo" (Radis 184), que aborda os indicadores nacionais e os desafios do Brasil para controlar a doença até 2030.*

Fome

Parabéns à equipe da *Radis*. Não conhecia a publicação, mas me deparei com uma postagem da matéria "O ronco da fome" (*Radis* 186) na linha do tempo de uma amiga e estou impressionada. É uma das capas mais bonitas e profundas que já vi.

• Ludymila Toledo Marques, Belo Horizonte, MG

R: *A equipe da Radis agradece, Ludymila.*

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Nisia Trindade Lima**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis

Rogério Lannes Rocha
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**
Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),
Elisa Batalha, **Liseane Morosini**, **Luiz Felipe Stevanim** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira** e **Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**
Estágio supervisionado **Ana Luiza Santos da Silva**

Apoio TI Ensp **Fabio Souto** (mala direta)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastros) **Periodicidade mensal**

Tiragem **118.500** exemplares
Impressão **Rotaplan**

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas)

Tel. (21) 3882-9118
E-mail radis@ensp.fiocruz.br
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos,
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria



www.ensp.fiocruz.br/radis



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)



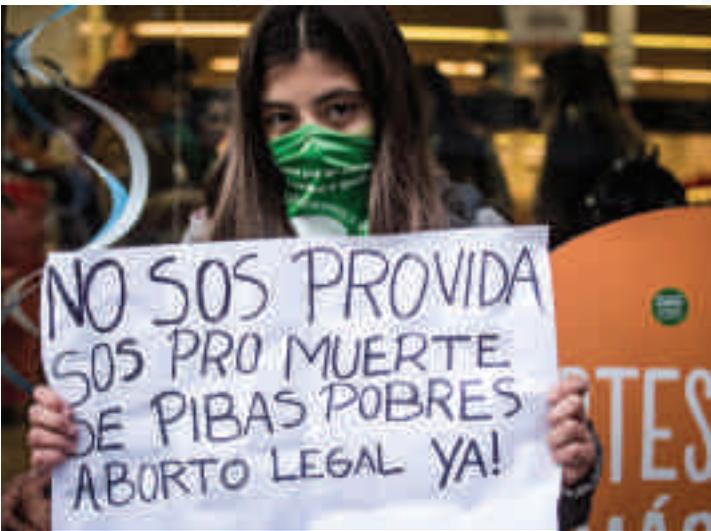
[flickr /RadisComunicacaoeSaude](https://www.flickr.com/photos/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.





SÚMULA



EMERGENTES



ARGENTINA APROVA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NA CÂMARA

A Câmara de Deputados da Argentina aprovou em 14 de junho um projeto de lei que prevê a legalização do aborto. O jornal *El País* (14/6) descreveu a votação e a vigília que se formou na frente do Congresso e em várias cidades argentinas como "históricas". Em uma discussão acalorada e muito apertada, que se prolongou durante mais de 20 horas, os legisladores aprovaram a interrupção voluntária da gravidez, por 129 votos a favor e 125 contra.

Diante da Câmara, em um dos lados da praça, milhares de adolescentes irromperam em aplausos, gritos de emoção e lágrimas. Do outro, manifestantes se retiraram cabisbaixos. Poucos imaginavam, três meses atrás, quando o presidente Mauricio Macri abriu espaço para o debate, que a legalização do aborto seria aprovada em pelo menos uma das casas do Legislativo. Agora o projeto de lei segue para o Senado, mais conservador. "Foi uma sessão para corações fortes", definiu o jornal.

"Será lei", gritavam as mulheres favoráveis que tomaram as ruas na chamada "maré verde", como ficou conhecido o movimento pela legalização naquele país, por causa dos lenços usados por elas, em sua maioria adolescentes e jovens na faixa dos 20 anos. Segundo a Rádio França Internacional em Buenos Aires, o número de defensoras da legalização chegou a ser quatro

vezes superior ao de oponentes.

O projeto de lei permite o aborto até a 14ª semana de gestação. Cifras oficiais citadas pela agência France-Presse (14/6) indicam que 17% das 245 mortes registradas de mulheres grávidas em 2016 ocorreram por abortos. Segundo estimativas, 500 mil abortos clandestinos são feitos todos os anos na Argentina, dos quais cerca de 60 mil resultam em complicações e hospitalizações. E muitas mulheres morrem.

Todos os blocos políticos votaram divididos, com exceção da esquerda, com uma posição unânime a favor da assistência à interrupção voluntária da gravidez. Atualmente, o aborto é ilegal, exceto em casos de estupro, risco para a saúde da mãe e malformação fetal. As mulheres que interrompem a gravidez podem enfrentar penas de prisão de um a quatro anos.

Essa foi a primeira vez que o tema foi debatido no Câmara. Ainda não se sabe quando o projeto será debatido no Senado. Na América Latina, o aborto sem restrições é legal em Uruguai e Cuba. Também é permitido na Cidade do México. Em quase todos os demais países só pode ser realizado em caso de risco de vida para a mulher, inviabilidade do feto ou se a gravidez for fruto de um estupro. Em El Salvador e na Nicarágua, é proibido em todos os casos.





Esterilização forçada

Uma mulher foi submetida, sem seu consentimento, à cirurgia de laqueadura de trompas por determinação da Justiça de Mococa (SP), denunciou Oscar Vilhena, professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em sua coluna no jornal *Folha de S.Paulo* (9/6). Anteriormente, o Ministério Público já havia se manifestado pela esterilização dela — negra, pobre e em situação de rua.

O Fundo de População das Nações Unidas, a ONU Mulheres e o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgaram comunicado conjunto manifestando sua preocupação com a “judicialização” do caso e afirmando que “as decisões sobre a quantidade de filhos ou filhas pertencem às mulheres, não sendo admissível a interferência do Estado nessa esfera”. A Ordem dos Advogados do Brasil seção São Paulo (OAB-SP) apresentou representação contra o juiz Djalma Moreira Gomes Júnior e o promotor Frederico Liserre Barruffini.

A mulher não consentiu com o procedimento e não se prontificou a realizar a cirurgia voluntariamente. O promotor, então, propôs duas ações judiciais contra ela e o município de Mococa, com o objetivo de constrangê-la a realizar o procedimento de esterilização compulsoriamente. O juiz determinou que ela fosse conduzida coercitivamente à cirurgia sem designar defensor público para defendê-la ou realizar uma audiência para ouvi-la. Quando o recurso do município chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a mutilação já havia ocorrido.

“O caso é escatológico. Em primeiro lugar o promotor utilizou-se de uma ação civil pública, que é um instrumento voltado à proteção de direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, para destituir uma pessoa de seu direito à dignidade e à integridade, além de constranger o município a praticar um ato manifestamente ilegal”, afirmou Vilhena em sua coluna. O professor lembrou que, de acordo com a lei brasileira, o Estado é proibido de interferir coercitivamente na decisão de uma pessoa de ter ou não filhos (art. 226, parágrafo 7º da Constituição Federal). Também é expressamente proibido o controle de natalidade que tenha natureza demográfica, ou seja, impedir alguém de ter filhos para controlar o aumento populacional (Lei 9.263/96, que regula o planejamento familiar).

Comunidades terapêuticas: inspeção aponta violações

Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, lançado em 18 de junho, revela que entre 28 locais inspecionados apenas dois dispunham de documento médico com a autorização para internações; 11 promoviam internação de adolescentes; em 16 foram identificadas práticas de castigo e punição a internos; e, em ao menos 16, não há respeito à diversidade de orientação sexual e à identidade de gênero. O documento reúne os resultados da inspeção realizada em outubro de 2017 nas cinco regiões do Brasil, pelo Conselho Federal

de Psicologia (CFP), o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF).

No lançamento, no Memorial da Procuradoria Geral da República, em Brasília, o presidente do CFP, Rogério Giannini, afirmou que a inspeção talvez tenha revelado “uma das maiores situações de violação e direitos humanos da atualidade, feita de forma sistemática”. A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, apontou ser grave o fato de que recursos

públicos estejam sendo investidos à revelia do monitoramento do que ocorre nessas instituições.

Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Laps/Ensp/Fiocruz), Paulo Amarante, avaliou, da plateia, que os relatos contidos no documento são desesperadores. “Criamos toda uma política pública para que a saúde fosse dever do Estado. Então chamar de comunidade terapêutica o que não tem nada de terapêutico é uma fraude”. Leia o relatório em <https://bit.ly/2tG7hKe>.

HIV cresce no Brasil

Um a cada cinco homens que fazem sexo com homens (HSH) tem HIV, revelou pesquisa feita em 11 capitais e Brasília, publicada na revista *Medicine*, em junho. O levantamento concluiu que houve aumento na proporção de infectados no país: em 2009, era de 12,1% nessa população, e atualmente é de 18,4%. Brasília teve a menor taxa de prevalência (5,8%); São Paulo, a maior (24,8%).

“É um número altíssimo. São vidas e vidas em risco”, diz Lígia Kerr, coordenadora do levantamento e professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) (leia mais na pág. 35).

Ao comentar os resultados, Richard Parker, diretor-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), disse que a falta de campanhas preventivas para as populações mais vulneráveis (gays, jovens, pessoas trans e prostitutas, entre outros) tem sido uma das principais ameaças na resposta à epidemia, registrou o site da entidade.

Trans não é doença



A transexualidade saiu da lista de transtornos mentais na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), da Organização Mundial de Saúde (OMS). Lançado em 18 de junho e com prazo de adaptação pelos países até 1º de janeiro de 2022, o documento fornece uma linguagem comum que permite aos profissionais compartilhar informações de saúde.

O *El País Brasil* (18/6) destacou que, até agora, as pessoas que não se identificavam com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer eram consideradas doentes mentais pelos principais manuais de diagnóstico devido à classificação da OMS. Organizações LGBTQB+ passaram anos reivindicando a mudança.

A transexualidade passa a ser considerada uma “condição relacionada à saúde sexual”, e não foi totalmente retirada da CID para que pessoas possam obter ajuda médica se assim desejarem, já que em muitos países o sistema sanitário público ou privado não reembolsa o tratamento se o diagnóstico não estiver na lista, como explicou a coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS), Lale Say, ao *G1* (19/6).



Tolerância zero de Trump separa crianças da família



SERGIO ORTIZ / AMNISTY INTERNACIONAL

19 de abril e 6 de junho, 2.033 crianças foram afastadas dos pais ao tentarem entrar ilegalmente nos pontos fronteiriços oficiais — o que não incluem aqueles que chegaram pelas vias não oficiais, como pela travessia de bote no rio Grande (na fronteira com o México).

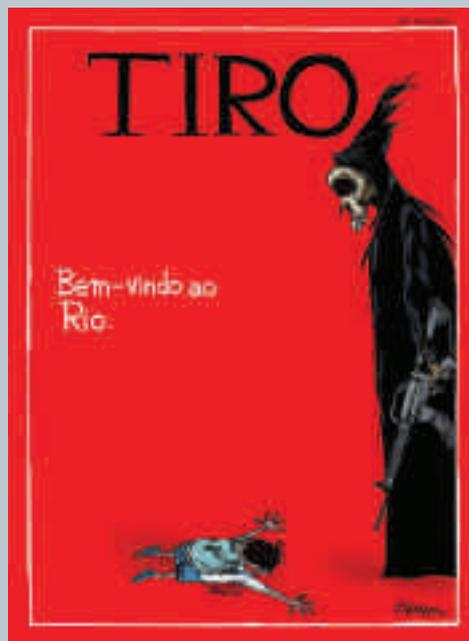
Entre as mais de 2 mil crianças, há pelo menos 49 brasileiros, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores publicados pela BBC Brasil (23/6). O Itamaraty divulgou nota (20/6) em que afirma que essa política é “uma prática cruel e em clara dissonância com instrumentos internacionais de proteção aos direitos da criança”. Trump justificou a medida de separação dizendo que havia “herdado” uma lei do governo Obama e mandou que “os democratas” (opositores ao seu governo) mudassem a lei deles; mas a informação não é correta, como explicou a BBC: embora a legislação usada por Trump para deportar as pessoas já existisse antes, a separação de famílias é uma decisão administrativa do seu governo.

Ainda em junho, o governo Trump voltou atrás e suspendeu temporariamente a política de tolerância zero, por não haver espaço para abrigar as famílias detidas, como noticiou o G1 (26/6). No entanto, de acordo com a Anistia Internacional, “milhares de famílias já foram separadas e o governo dos EUA não anunciou planos para reuni-las”. Segundo a organização, as crianças continuam em tendas e armazéns na fronteira com o México e seus pais e familiares enfrentam o risco de serem deportados sem saber se verão seus filhos novamente.

Enquanto três crianças brasileiras se abraçavam desesperadas, ao chegarem em um abrigo para menores no estado do Arizona, nos Estados Unidos, um funcionário que falava português foi chamado para dar uma ordem a elas: “Diga a elas que não podem se abraçar!”. A história foi contada à *BBC News* (21/6) pelo próprio funcionário Antar Davidson, também filho de brasileiros nascido na Califórnia, que pediu demissão do local após o ocorrido. Esse relato se soma a fotos, áudios, vídeos, denúncias e capas de jornais e revistas — como da emblemática *Time* (foto abaixo) — que vêm à tona como repercussão à política de imigração de “tolerância zero”

adotada pelo presidente norte-americano, Donald Trump.

Desde abril, a nova regra é que todo imigrante que tente entrar nos Estados Unidos de maneira irregular será considerado um delinquente, mesmo que não tenha antecedentes criminais. O governo Trump passou a processar criminalmente os imigrantes ilegais e as crianças são separadas dos pais, enquanto estes estão presos, e levadas para abrigos. A medida foi adotada como forma de intimidar a imigração com a ameaça de separação das famílias. Como informou *El País* (19/6), a partir de estatísticas obtidas pela agência Associated Press, entre



► “Bem-vindo à América”. A revista *Time* juntou a imagem de uma menina hondurenha detida com a mãe na divisa de McAllen, cidade do Estado do Texas, enquanto tentavam entrar nos Estados Unidos, com a do presidente Trump. O chargista Gilmar adaptou a capa à realidade brasileira, com o menino Marcos Vinicius, morto pela polícia (leia na pág. 9): “Bem-vindo ao Rio”.

REPRODUÇÃO

Documentos revelam envolvimento de Geisel com assassinatos na ditadura

Que a ditadura no Brasil sequestrou, torturou e matou opositores do regime militar é fato consumado e detalhado inclusive em testemunhos e documentos referendados pela Comissão Nacional da Verdade, instaurada no país em novembro de 2011. Mas em maio outra informação inquietante ocupou as manchetes dos noticiários. “Geisel autorizou execução de presos políticos”, estampou o jornal O Globo (10/5). A informação foi obtida e divulgada em primeira mão pelo pesquisador Matias Spektor, colunista da Folha de S. Paulo e professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele teve acesso a um documento do Departamento de Estado americano que atesta que o ex-presidente Ernesto Geisel aprovou a continuidade de uma política de “execuções sumárias” de adversários da ditadura, como publicou a Folha (10/5).

De acordo com a notícia, Geisel teria ainda orientado o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), João Baptista Figueiredo — o general que viria a substituí-lo na Presidência —, a autorizar pessoalmente os assassinatos. O material foi postado em redes sociais pelo pesquisador que qualificou o documento como “o mais perturbador que já leu em 20 anos de pesquisa”. Ao revelar que a cúpula do governo não apenas sabia como chamou para si a responsabilidade das execuções, o memorando — assinado por William Colby, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês) — relata uma reunião que teria acontecido em 30 de março de 1974. Em outro ponto, o documento revela que cerca de 104 pessoas já haviam sido executadas sumariamente pelo poderoso Centro de Informações do Exército (CIE).

A confirmação de que a presidência participou oficialmente de operações de tortura e assassinato durante a ditadura repercutiu em toda a imprensa. Em última instância, o que os documentos da CIA revelam é que o ditador Ernesto Geisel não só tinha conhecimento como autorizou a execução sumária dos opositores do regime, como deixou ainda mais claro Carta Capital (17/5). Para a jornalista Magali do Nascimento Cunha, que assina texto na revista, os comentários ouvidos após a revelação dos documentos da CIA mostraram o assombro da população com a forma fria e crua com

que se planejava os assassinatos na ditadura brasileira. Mas ela argumenta que, em 2014, um relatório de 3.338 páginas resultante do trabalho da Comissão Nacional da Verdade já mostrava todas as atrocidades cometidas pelo regime [tudo disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>].

Os memorandos da CIA provocaram inúmeros desdobramentos nos jornais. Dias depois da primeira matéria sobre o assunto, O Globo (21/5) noticiou que, apenas um mês após o atentado do Riocentro, já durante o governo de Figueiredo em de abril de 1981, a CIA tinha indícios de que o ataque havia sido organizado por militares. Na época, o Governo culpou grupos de esquerda pela explosão da bomba no centro de convenções do Rio de Janeiro.

À revista Fórum, a jornalista Hildergard Angel, filha do estilista Zuzu Angel disse (12/5) não ter ficado surpresa com o memorando da CIA e acusa Geisel de ter dado ordem para matar sua mãe no suposto acidente na saída do túnel Dois irmãos no Rio de Janeiro, em 1976. Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, cujo assassinato na prisão durante a ditadura sempre foi encoberto pelo Regime, divulgou (11/5) carta enviada ao ministério das Relações Exteriores solicitando que seja exigido o acesso a todos os documentos da CIA. “Uma nação precisa conhecer sua história oficialmente para ter políticas públicas que previnam que os erros do passado se repitam”, escreveu.

Os jornais procuraram ouvir o Exército e o Palácio do Planalto sobre os registros da CIA. Por meio de nota, o Centro de Comunicação do Exército limitou-se a informar que “os documentos sigilosos, relativos ao período em questão e que eventualmente pudessem comprovar a veracidade dos fatos narrados foram destruídos, de acordo com as normas existentes à época”. Já o Governo Federal, procurado pelas reportagens, disse apenas que não iria comentar o fato. A Agência Brasil noticiou (13/5) que o Itamaraty vai pedir à CIA o acesso aos documentos que dizem respeito à ditadura civil-militar no Brasil, ainda que o ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, tenha deixado claro que este assunto se “esgotou” e que os documentos são apenas uma questão de “historiadores”, como noticiou o Jornal do Brasil (17/5). 

RADIS Adverte

Nós podemos e devemos acolher mais refugiados e oferecê-los auxílio para que possam recomeçar suas vidas em segurança. Devemos apoiar os milhares de outros refugiados que precisam desesperadamente de assistência humanitária básica onde encontraram asilo.

Apelo da Anistia Internacional



FREDERIC NOY/AGUR

Vida perdida

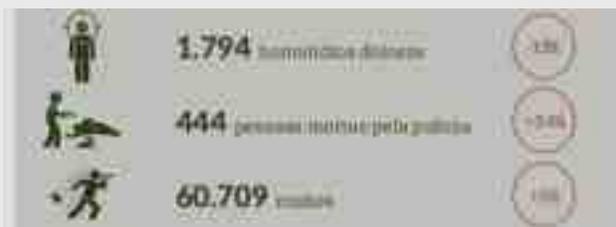
“Ele falou ‘mãe, eu sei quem atirou em mim, eu vi quem atirou em mim’. Eu falei ‘meu filho, quem foi que atirou em você?’. ‘Foi o blindado, mãe. Ele não me viu com a roupa de escola’”. Esse é o relato da diarista Bruna da Silva, mãe do estudante de 14 anos Marcos Vinícius, que morreu após ser atingido por um tiro nas costas quando ia para a escola, no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio, na manhã do dia 20. A Polícia Civil e o Exército faziam uma operação na comunidade para cumprir 23 mandados de prisão, com helicóptero e blindados atirando a esmo na comunidade. Ninguém foi preso. Seis pessoas morreram.

Um morador chegou a levar Marcos Vinícius para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em seu próprio carro. Mas a ambulância que faria a remoção do adolescente para uma unidade mais equipada demorou cerca de uma hora para entrar na favela, “porque um policial mandou a ambulância voltar”, segundo contam testemunhas. Laudo do Instituto Médico-Legal (IML) indicou que a bala entrou pelas costas e saiu pela barriga.



4 meses de intervenção

Balanco feito pelo Observatório da Intervenção dos primeiros 120 dias da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro (de 16 de fevereiro a 16 de maio) revelou que houve aumento de 5% nos roubos, de 36% nos tiroteios e de 34% nas mortes provocadas pela polícia. Houve queda de 13% nos homicídios dolosos (1.794). “Nunca se viu tantos agentes, a custos tão altos, mobilizados para obter tão pouco. E o pior: essas incursões, além de produzir efeitos negativos, como tiroteios e mortes, não são eficazes. Para desarticular redes criminosas, é preciso investigação, baseado em inteligência. E, para melhorar a segurança pública, precisamos de medidas estruturantes, de integração das forças, de combate à corrupção e diálogo com a sociedade. A intervenção prometeu tudo isso. Mas só está entregando operações, tiroteios e mais mortos em confronto, inclusive policiais. Até quando?”, avalia Silvia Ramos, coordenadora do observatório, ligado ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESec/Ucam). Veja o balanço em <http://bit.ly/obsinterv>.



Fake news

Circulou nas redes sociais imagens de um garoto segurando uma pistola como se fosse Marcos Vinícius, o adolescente assassinado. Além de conterem uma informação falsa, as postagens procuravam justificar a morte de um adolescente com tiro pelas costas disparados pela polícia.

Fiocruz reage

Os trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz, vizinha à comunidade, repudiaram “a violência do Estado contra o povo” por meio de nota do seu sindicato (Asfoc-SN). “Entendemos que tais operações passam por cima de qualquer conceito de civilidade e respeito aos moradores que se veem reféns da criminalidade e das ações das forças de segurança colocadas de forma absurda em meio ao fogo cruzado. Um *modus operandi* que desconsidera a vida e invariavelmente gera mortes, atingindo crianças, idosos e trabalhadores que não têm seus direitos respeitados. Uma clara distinção de classe.” A Presidência da Fiocruz classificou a operação como “desastrosa e bárbara. A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca também manifestou profundo pesar.

Brasileiro não desiste nunca?

Pesquisa Datafolha feita em todo o Brasil em maio e divulgada em 17 de junho apontou que 63% dos jovens brasileiros (de 16 a 24 anos) manifestam desejo de sair do país, um total de 19 milhões de pessoas, o equivalente à população de Minas Gerais. “O futuro desistiu do Brasil por que o Brasil desistiu do seu futuro muito antes”, opinou o jornalista Leonardo Sakamoto em seu blog (blogdosakamoto.com.br). “Não se trata aqui apenas falhar na garantia de emprego decente e educação de qualidade. Mas no respeito à vida e na proteção nos níveis mais básicos da dignidade. Para os jovens, principalmente negros e pobres, migrar para fora

do Brasil deveria ser uma garantia humanitária, uma vez que o seu próprio país não apenas deseja matá-lo, como efetivamente mata.” Segundo o Atlas da Violência 2018, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 324.967 jovens entre 15 e 29 anos morreram de forma violenta de 2006 a 2016. A taxa de homicídios nesse grupo (65,5 por 100 mil habitantes) é mais que o dobro da média nacional e seis vezes a média global. O número de homicídios de negros aumentou 23,1% (40,2 mortes para cada 100 mil habitantes) e, do restante da população, caiu 6,8% (16 mortes por 100 mil). Leia em <https://bit.ly/2M1A7NG>.



MAPA DE ENFRENTAMENTO AOS RACISMOS

Mulheres da Zona Oeste do Rio produzem cartografia da resistência negra e feminista

Elisa Batalha

No lugar de nomes de favelas, os rios e maciços que formam o ecossistema e a geografia natural. No lugar de divisões administrativas de bairros e ruas, pontos onde há resistências culturais, luta por moradia e relações agroecológicas tradicionais. Tudo destacado graficamente no mapa do Rio de Janeiro. Trata-se do material online “Enfrentamentos aos racismos pelos olhares das mulheres — Uma cartografia feminista sobre violações e resistências na Zona Oeste do Rio de Janeiro”, que, além do mapa de violações de direitos, contém verbetes, textos analíticos, trechos da pesquisa e sistematização do percurso de investigação empreendido por mulheres auto-organizadas da Zona Oeste que compõem

o Militiva (<https://www.militiva.org.br/mapa>).

“Somos mulheres de diversas idades, origens e lugares. Moradoras e militantes da Zona Oeste, donde se constrói muitas resistências em resposta às ameaças impostas pelo capital e pelo Estado em nome de um modelo de desenvolvimento que explora e esgota os bens naturais, nossos trabalhos, vidas e corpos”. Assim se apresentam as integrantes do coletivo no material impresso que foi produzido ao longo de três anos de conversas e compartilhamentos de uma outra lógica.

A população da região sofre os maiores impactos das transformações urbanas recentes que não levaram em consideração os saberes locais. Quem são as meninas cotidianamente (des)cuidadas ou que sofrem abusos? Que meninos estão sendo mortos ou em situação

de vulnerabilidade? Que lugares são esses que as indústrias mais poluentes e mais agressivas escolhem para se instalar? São algumas das questões postas no mapa, que ao final conclui que a negação de direitos em território carioca atinge, sobretudo, a vida de mulheres negras e empobrecidas — marisqueiras, pescadoras, quilombolas, faveladas, agricultoras.

Na região, há quilombos em áreas urbanas e rurais, que são invisibilizados. “A mídia tenta negar as características dos quilombos. Não é interesse do poder público e da especulação imobiliária o reconhecimento dos nossos territórios”, afirma Maraci dos Santos Alves, moradora do Quilombo do Camorim, em Jacarepaguá, “neta e filha de quilombolas”, como ela faz questão de reforçar. Maraci participou do desenvolvimento do mapa ao lado de outras mulheres, militantes como ela na resistência negra e nas diferentes lutas, por moradia e pela agroecologia, por exemplo.

Dez categorias são pontuadas no mapa como verbetes, divididas em “violações” e “resistências”, como “feminismos”, “sequestro das águas”, “violências”, “luta por moradia” e “práticas e saberes tradicionais”. Cada um é representado por um ícone e a definição foi escrita coletivamente pelo grupo. A proposta de realização de um processo coletivo de pesquisa foi do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), após anos de atuação conjunta com movimentos sociais na

Zona Oeste. O mapa seria originalmente sobre conflitos socioambientais. No entanto, de acordo com Marina Praça, que atua como educadora popular e faz parte da Coordenação Colegiada do Pacs, houve uma “virada” no processo. “Os feminismos, principalmente seu olhar periférico, e o racismo atravessaram nosso caminho e as resistências se estabeleceram a partir daí. É de onde se fala, são pontos centrais, e foi visível como a narrativa das mulheres se transformou para se tornar ainda mais potente”.

O termo Militiva surgiu da composição “militância investigativa”, uma metodologia desenvolvida ao longo do próprio processo de construção coletiva, que difere da pesquisa militante da academia. “A ação no território veio na frente do processo de investigação”, resume. Reuniões e visitas a agricultoras fizeram parte das atividades periódicas dos coletivos. Marina dá ênfase ao fato de que, com 25 mulheres participando diretamente da elaboração do material, os processos e os resultados são todos frutos do trabalho de todas.

Além do mapa, textos e materiais de sistematização da experiência, é possível encontrar na página links para outras iniciativas de cartografia social, pesquisa militante e de coletivos, organizações e grupos que trabalham com as temáticas de racismo ambiental, feminismos e conflitos socioambientais no Brasil e na América Latina. 



MILITIVA



DEU ~~NO JO~~

Como funciona a lógica das notícias fabricadas que circulam na web e quais as estratégias para lidar com seus efeitos, inclusive na saúde

Ana Cláudia Peres 01.07.2018

Fato: Era um domingo, 20 de julho de 1969, quando o homem pisou na Lua. Versões: 1) A Missão Apolo 11 nunca esteve na superfície lunar. O feito foi na verdade uma farsa para que os americanos assumissem a dianteira durante a corrida espacial contra os soviéticos na década de 60. 2) Neil Armstrong disse a sua famosa frase — “Este é um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade” — dentro de um estúdio, diante das câmeras do cineasta Stanley Kubrick, que transmitiu o espetáculo para televisões em todo o mundo. 3) A figura de uma pessoa de jaqueta e jeans, que aparece refletida no visor do traje espacial de um dos astronautas em “uma fotografia”, é “prova” de que tudo não passou de montagem.

Os muitos rumores em torno de um mesmo acontecimento já existem bem antes da internet ser usada para difundir informação em tempo real. Mas, na era das mídias digitais, as notícias falsas se sofisticaram: relatos inverídicos, verdades parciais e boatos estapafúrdios são compartilhados por meio de blogs, sites, perfis (legítimos ou não) em redes sociais e aplicativos como o WhatsApp, na velocidade de um foguete. Como se não bastasse, grupos das mais diferentes doutrinas e ideologias têm se especializado na criação de portais para produzir “fake news” — como ficaram conhecidas aquelas notícias com cara e corpo de jornalismo, mas que não são jornalismo. É muito provável que você que está lendo esta reportagem agora também já tenha caído no “conto do vigário” e passado adiante informação infundada. Como diz aquele famoso “meme”, termo utilizado para se referir a uma ideia, textos, imagens ou vídeos bem humorados que viralizam na web, “Quem nunca?”.



The image shows a computer monitor displaying a graphic. At the top, there is a small video player showing a person writing. Below it, the word 'JORNAL!' is written in large, bold, black capital letters, with a thick red horizontal line striking through it. To the right of 'JORNAL!', the words 'na internet!' are written in a red, cursive, hand-drawn font. Below the text, there is a row of small social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, LinkedIn, and Instagram. The monitor is set against a blurred background of a desk and office environment.

~~JORNAL!~~ na internet!



O DIAGNÓSTICO

Para Ivana Bentes, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o mundo contemporâneo colocou em xeque os antigos regimes de verdade em que as figuras de autoridade tradicionais eram inquestionáveis. “Agora, existe uma espécie de ‘ruído-cracia’, com muitas pessoas disputando a produção de verdades, o que coloca a autoridade do médico, do professor ou do político, por exemplo, sob suspeita”, alerta a pesquisadora. “É como se todo mundo fosse corrupto. E, em meio a essa nuvem tóxica de desconfiança, quem mais sofre os efeitos é a democracia”. A “nuvem tóxica” já vem deixando um rastro considerável. As últimas eleições norte-americanas, que levaram Donald Trump ao poder em 2016, podem ter sido seriamente influenciadas por fake news, assim como o resultado do Brexit, quando um referendo levou o Reino Unido a deixar a União Europeia, em junho de 2016.

Segundo estudos dos cientistas políticos Brendan Nyhan (Dartmouth College), Andrew Guess (Princeton University) e Jason Reifler (University of Exeter), um em cada quatro norte-americanos visitou sites de fake news e 27% dos eleitores teriam acessado pelo menos uma dessas notícias durante a campanha presidencial. Longe do domínio dos fatos, surgiram notícias de que Barack Obama, do mesmo partido democrata de Hillary Clinton, era o fundador do Estado Islâmico ou de que o casal Clinton comandava uma rede de prostituição ou ainda de que o Papa Francisco havia

declarado apoio a Trump. Mesmo que os pesquisadores afirmem não haver evidências concretas de que as fake news tiveram peso decisivo sobre o voto dos eleitores de Trump ou que prejudicaram a adversária Hillary, as pesquisas indicam que pessoas com gosto de leitura mais conservadora consomem e difundem com maior facilidade esse tipo de informação.

Igor Sacramento, pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict), da Fiocruz, concorda que as fake news emergem de forma avassaladora em um contexto de crise das instituições contemporâneas que atinge inclusive a política, a ciência e o jornalismo. “O mundo passa de um regime de verdade baseado na confiança das instituições para outro regulado pelos dogmas, pela intimidade e pela experiência pessoal”, sustenta. Para ele, não se trata apenas de opor “true” news, no sentido de existir uma verdade absoluta, a “fake” news. “Existe uma disputa de narrativas em que lugares de verdade tradicionais são tensionados por outras vozes, agentes sociais e grupos que se organizam nas redes”, diz Igor. O pesquisador sugere que, para pensar o tamanho do problema, é preciso entender como se dão essas disputas em um contexto “digitalmente engajado”, em que as pessoas sentem-se estimuladas a procurar informação o tempo inteiro. “O problema hoje não é a falta, mas o excesso de informação e de busca por informação”, decreta.

O CONTÁGIO

Certa vez, o jornalista e escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez afirmou que, se você diz que há elefantes voando no céu, as pessoas não vão acreditar. Mas se você disser que “há 425 elefantes alados”, não faltará quem acredite. Era uma maneira de chamar a atenção para o modo como as estatísticas, os dados e o nível de detalhamento são utilizados para comprovar a veracidade de uma informação. Em épocas de fake news e “pós-verdade” — escolhida palavra de 2016 pelo Dicionário Oxford e que, apesar de ser um conceito questionável, se refere exatamente à constatação de que, hoje, os fatos têm menos importância para a opinião pública do que o apelo às crenças pessoais —, verdadeiro passou a ser aquilo que circula mais.

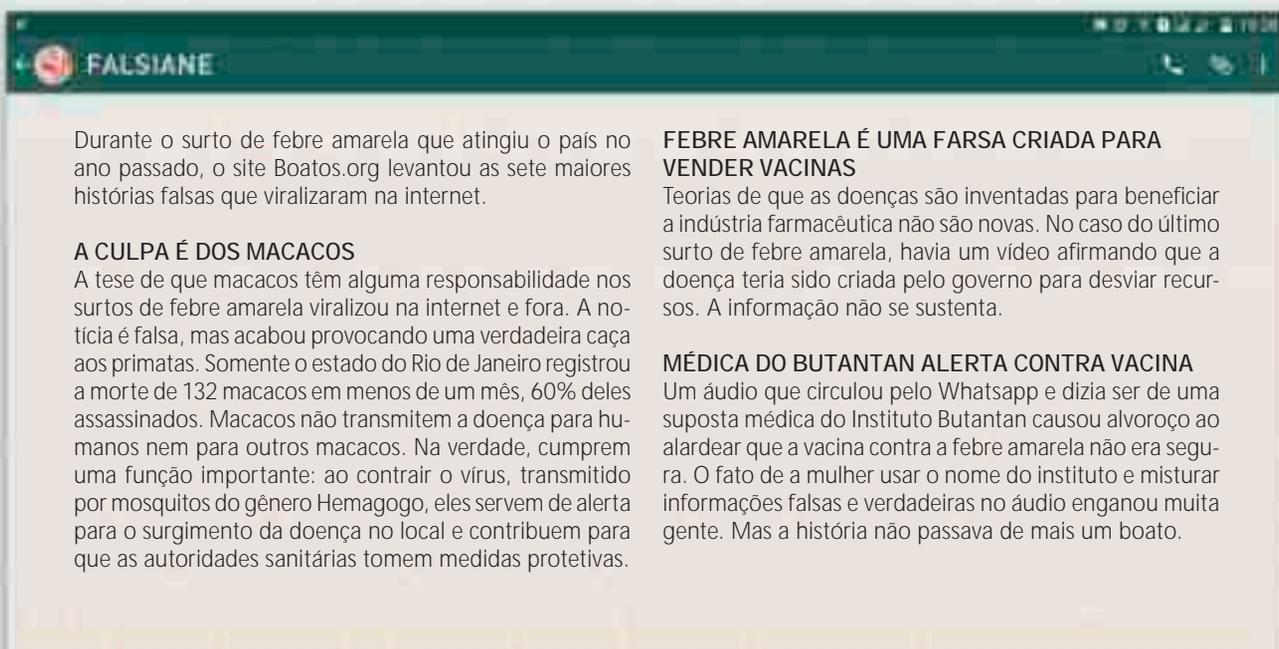
“Fake news, pós-verdades e outras crises” foi o título da palestra que Ivana Bentes apresentou durante o 6º Seminário

Anual Científico e Tecnológico de Biomanguinhos, no Rio de Janeiro, em 8 de maio. “Os critérios de verdade não são mais os argumentos, mas a quantidade de vezes que uma história é visualizada”, observou a pesquisadora para uma plateia de jornalistas e comunicadores de diversas áreas da Fiocruz que lotavam a sala durante o evento. Algo equivalente ao velho ditado popular que enfatiza que uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. A pesquisadora acrescentou que as fake news vêm trazer explicação para aquilo que as pessoas já querem acreditar. “Você acha que o mundo vai acabar amanhã? Visite aqui este portal!”, exemplificou Ivana. “Que a Terra é plana e que o homem não foi à Lua? Venha pegar a sua notícia falsa!”

São os chamados sites caçadores de cliques, que funcionam em um ritmo de produção industrial de notícias falsas, explicou a pesquisadora. “Trata-se de verdadeiras ‘fábricas de fake news’, que constroem notícias para alimentar determinadas crenças”. Funciona assim: um grupo qualquer mantém um site para produzir notícias que podem ser completamente inverídicas ou partir de determinadas informações verdadeiras e misturar com dados falsos, fazer recortes de informações, exagerar nos argumentos ou até mesmo lançar mão de notícias descontextualizadas e de outro tempo histórico como se fossem atuais. A partir daí, eles combinam endereços na web e páginas no Facebook e isso viraliza, ou seja, ganha enorme repercussão. Quanto mais cliques tiverem, melhor para a guerra de informação a que se propõem. “Fake news pegam como um vírus, por contágio, todos se contaminam”, disse Ivana, referindo-se ao “efeito manada” que essas informações provocam a partir de cliques, likes e compartilhamentos. “Tudo começa com um pequeno grupo e vai arrastando grandes massas.”

Mais recentemente, escândalo envolvendo a maior rede social da web não deixou dúvidas sobre o impacto desse tipo de estratégia. A Cambridge Analytica — empresa que faz análise de dados de comportamento — é acusada de ter roubado informações de 50 milhões de usuários do Facebook para o envio de marketing político nas eleições norte-americanas. Quando o assunto veio a público, reportagens em jornais demonstraram que a empresa montou “psicográficos”, espécie de perfis baseados em traços da personalidade dos eleitores americanos, com o objetivo de formar opiniões e direcionar votos ao candidato Donald Trump.

No Brasil, um levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas ano passado apontou que, durante as eleições



FALSIA NE

Durante o surto de febre amarela que atingiu o país no ano passado, o site Boatos.org levantou as sete maiores histórias falsas que viralizaram na internet.

A CULPA É DOS MACACOS
A tese de que macacos têm alguma responsabilidade nos surtos de febre amarela viralizou na internet e fora. A notícia é falsa, mas acabou provocando uma verdadeira caça aos primatas. Somente o estado do Rio de Janeiro registrou a morte de 132 macacos em menos de um mês, 60% deles assassinados. Macacos não transmitem a doença para humanos nem para outros macacos. Na verdade, cumprem uma função importante: ao contrair o vírus, transmitido por mosquitos do gênero Hemagogo, eles servem de alerta para o surgimento da doença no local e contribuem para que as autoridades sanitárias tomem medidas protetivas.

FEBRE AMARELA É UMA FARSA CRIADA PARA VENDER VACINAS
Teorias de que as doenças são inventadas para beneficiar a indústria farmacêutica não são novas. No caso do último surto de febre amarela, havia um vídeo afirmando que a doença teria sido criada pelo governo para desviar recursos. A informação não se sustenta.

MÉDICA DO BUTANTAN ALERTA CONTRA VACINA
Um áudio que circulou pelo Whatsapp e dizia ser de uma suposta médica do Instituto Butantan causou alvoroço ao alardear que a vacina contra a febre amarela não era segura. O fato de a mulher usar o nome do instituto e misturar informações falsas e verdadeiras no áudio enganou muita gente. Mas a história não passava de mais um boato.

presidenciais de 2014, cerca de 10% das interações no Twitter — outra rede social online — foram realizadas por contas vinculadas a “bots”, um diminutivo para “robots”, softwares criados para interagir com humanos no universo online. Ao divulgar os dados da pesquisa, o Nexo Jornal explicou que o conteúdo publicado ou compartilhado por “robôs” na internet inclui notícias falsas, ataques a políticos adversários e posts favoráveis ao nome que apoiam. “Seus objetivos incluem o arrebanhamento de seguidores, a difamação de oponentes e a criação de discussões artificiais”, exemplificou a matéria. Segundo ainda o estudo, na época dos protestos contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o número de interações por robôs chegou a 20%.

Igor Sacramento acredita que, em meio a esse fenômeno, as pessoas estão cada vez menos dispostas a ter suas verdades contestadas, ao mesmo tempo em que, em um cenário de polarização política, sentem-se mais inclinadas a polêmicas para reafirmar suas opiniões. Para melhor entender essas bolhas informacionais — que o pesquisador da Fiocruz prefere chamar de “guetos” —, o portal The Intercept Brasil (30/5) fez uma reportagem em que um repórter conviveu durante três dias em um grupo de WhatsApp intitulado “Intervenção Já”, que defendia a volta da ditadura militar no país e contava com mais de 200 membros. Para fazer jus ao nome do grupo, valia tudo. Um dos membros chegou a afirmar que Jesus Cristo era a favor do militarismo. Como justificativa, ele argumentou: “Tá na Bíblia. ‘Dai a César o que de César’. Verdade. César era militar”. A reportagem apontava que a veracidade dos vídeos, textos e imagens compartilhadas era sempre questionada pelos integrantes, que, apesar disso, não cansavam de negar uma fake news com outra fake news.

EPIDEMIA NA SAÚDE

Se o campo da política pode ser contaminado por fake news, a saúde também não está vacinada. No Brasil, durante a epidemia de febre amarela do ano passado, que registrou os mais altos índices de transmissão silvestre da doença, com 1.098 casos e 340 óbitos entre julho de 2017 e março deste ano, um somatório de boatos e fake news causaram pânico na população e trouxeram desafios para a saúde pública. Em meio à guerra de informação sem responsabilidade, macacos foram mortos como se fossem os responsáveis pela doença, pessoas ficaram



MÉDICO DIZ QUE VACINA PARALISA O FÍGADO

Dessa vez, a suposta esposa de um médico afirmava ter sido alertada pelo marido sobre os riscos da vacina, entre eles, o de que a vacina destruiria o fígado. No texto que circulou na internet e dizia ser “da minha prima Simone, que mora em Sorocaba”.

ENFERMEIRA DIZ QUE NINGUÉM DEVE TOMAR VACINA

Mais teoria da conspiração. O texto dizia ser “o relato de uma enfermeira que pensa” mas apontava a febre amarela como “uma farsa” de “um governo comunista que quer destruir o povo”. Boatos.org considerou que a história não passava da soma de desinformação e sensacionalismo.

ENFERMEIRA DO HC FALA SOBRE EPIDEMIA EM SP

Ao contrário dos outros boatos, dessa vez uma enfermeira

afirmava que todas as pessoas deveriam se vacinar contra a febre amarela, o que contribuiu para causar pânico na população paulistana. A vacina é recomendada prioritariamente para indivíduos não vacinados e que se expõem em áreas de risco.

PRÓPOLIS ESPANTA O MOSQUITO DA FEBRE AMARELA

Mais uma história recomendava beber de 3 a 6 gotas de própolis por dia. Tal medida faria com que o corpo produzisse um cheiro desagradável para repelir o mosquito transmissor da doença. O boato já circulou em outros momentos, mas foi refutado por inúmeros especialistas, merecendo inclusive um desmentido da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

desnorteadas e campanhas de vacinação não tiveram o efeito desejado — até maio, a estimativa era de que 80% da população brasileira estivesse vacinada, mas o número não passava de 55%. Os baixos índices levaram a epidemiologista Laurence Cibrellius, chefe de estratégia de combate à febre amarela na Organização Mundial da Saúde (OMS), a afirmar em entrevista ao G1 (18/5) que as fake news podem ter influenciado as metas de vacinação no país (veja quadro com os maiores boatos sobre a doença).

O sanitarista e pesquisador da Fiocruz Cláudio Maierovitch considera que a saúde sempre foi um terreno fértil para a propagação de boatos e informações inverídicas. Seja para atender a algum tipo de interesse do mercado, como a comercialização de medicamentos ou quaisquer outros produtos sob a alegação de que trazem benefício para a saúde, seja enquanto histórias folclóricas, como a crença secular de que manga e leite não se misturam. Segundo Cláudio, isso ocorre porque são assuntos que afetam direta ou indiretamente a vida da população. “No caso de uma doença, a própria pessoa pode apresentar um sintoma ou ter algum familiar atingido pela enfermidade”, diz, alertando para o fato de que o medo é o grande motivador para a disseminação de notícias falsas sem critérios no campo da saúde. Ele acredita que, muitas vezes, o sujeito passa a ser um reprodutor até bem intencionado. “Na medida em que o interlocutor tem alguma credibilidade com essa pessoa, aquela informação passa a ter ressonância”.

Mas Cláudio adverte que, se algumas dessas notícias podem ter consequências inócuas, na grande maioria dos casos há um perigo iminente, principalmente quando estão relacionadas à orientação para o consumo ou não de certos produtos e serviços. Preocupado com o crescimento no país do chamado movimento antivacinas, que tem lançado mão das fake news com bastante frequência para descredenciar sua segurança ou utilidade, ele explica que este é um clássico exemplo do quanto a disseminação de notícias inverídicas pode trazer consequências nefastas. “O Brasil tem um dos maiores programas públicos de imunização do mundo, com um calendário de vacinas discutido à exaustão por um conjunto de especialistas e de setores da sociedade de forma a oferecer a proteção mais adequada e da melhor maneira possível para o público alvo”, reforça.

Quando se vê em meio aos áudios ou textos de WhatsApp que distorcem o sentido das vacinas — como, por exemplo, um boato de que vacina contra a febre amarela era um veneno mortal —, Cláudio conta que a sensação, enquanto sanitarista, é a um só tempo de “frustração” e revolta ao perceber os interesses que existem por trás de cada manipulação. “É um perigo constante as pessoas deixarem de adotar uma medida sabidamente importante para sua proteção porque foi mal informada ou recebeu informação mentirosa”, acentua, demonstrando que o contrário também acontece.

ANTÍDOTOS

De acordo com Igor, as instituições que compõem a saúde pública no Brasil devem estar preparadas para uma atuação cada vez mais próxima das redes sociais online. Ele não sugere um combate às fake news, mas uma forma de lidar com elas. Em artigo para a edição de abril da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis), o pesquisador foi categórico. “Não é a tecnologia que gera a disposição social atual pelas fake news”. Numa sociedade midiaticizada, ele escreve, há uma luta pelo poder do discurso na saúde, na política e na vida e os processos de comunicação online ampliam essas disputas. Em entrevista à *Radis*, Igor admite que, neste momento, a sensação é que “estamos perdendo diante do excesso de informação, perdendo para os bots, perdendo para esses grupos organizados

que fabricam notícias”. Mas é preciso ter um pensamento estratégico, ele convoca.

Como ficou claro para quem assistiu à palestra de Ivana Bentes, a disputa de narrativas se dá no próprio campo da informação, nas redes. “O antídoto está no mesmo lugar da doença”, disse. “A tecnologia que automatiza e massifica também pode ser usada em favor das boas causas”. Ela acredita que as soluções passam por comunicação e formação e orientou uma educação para as mídias e pelas mídias que invista em um melhor uso das redes. A pesquisadora citou a pedagogia da checagem, que já vem sendo exercitada por grupos de verificação do discurso público a exemplo de Aos Fatos, Lupa e Truco, e em uma outra vertente por sites como Boatos.org (ver pág. 20) e E-farsa. Para Ivana, a saúde também deve apostar em suas próprias agências de checagem, sites de averiguação de boatos científicos e ainda na articulação com comunidades de mídia livre e grupos no WhatsApp, formados por pessoas de referência na área, a fim de produzir contrainformação a ser difundida fora das redes, nos territórios.

Na ocasião, ela citou os robôs “Rosie” e “Fátima” como exemplos de boas respostas em outras áreas. O primeiro é uma ferramenta criada por um grupo de oito jovens e financiada coletivamente em rede, que se transformou em uma espécie de “robô cidadão”, utilizada para reconhecer gastos públicos ilegais por parte dos parlamentares. Batizada em uma homenagem à faxineira-robô do desenho animado “Os Jetsons”, Rosie faz uma limpa nas contas dos deputados e senadores desde 2011 e, segundo Ivana, já virou o pavor do Congresso Nacional. “Fátima” é a abreviação de Fact-Machine, um aplicativo que vem sendo desenvolvido pela agência de checagem de notícias Aos Fatos exatamente para que os brasileiros passem a identificar fake news. O “robô” foi um dos projetos premiados em campanha lançada pelo Facebook que, depois do escândalo do vazamento de dados, anunciou algumas mudanças em seus algoritmos.

Ivana sugeriu que o campo da saúde também aposte em inteligência artificial, produzindo os seus próprios “agentes não-humanos”, capazes de difundir informação verdadeira, testada, científica. Além disso, como já declarada da linguagem bem humorada dos “memes”, a pesquisadora indicou que a cultura memética pode ser um potente aliado na disputa de narrativas. “O meme não argumenta, não discute, ele já vem pronto e pode ser uma arma poderosa”.

À *Radis*, Igor Sacramento adianta que o projeto de um robô para a saúde pode não estar longe. Ele é autor de uma ideia, que pretende ver implementada pela Fiocruz, de criação de um aplicativo para checagem de informações na área da saúde que possa trazer confiabilidade às notícias. Mas, além das atuações digitais, o pesquisador também defende que, paralelamente, sejam buscadas soluções locais para promover informação e educação. Ele destaca estratégias que possam ser capilarizadas nos territórios, contando inclusive com o apoio de profissionais de campo como os agentes comunitários de saúde. “Há um trabalho mais imediato que pode e deve ser feito nas redes digitais, mas um trabalho local é fundamental”. Para Igor, isso torna as instituições mais democráticas e deixa a relação com os usuários do SUS mais dinâmica.

PANDEMIA NO JORNALISMO

A onda de boatos e fake news vem obrigando o jornalismo tradicional a se reinventar, mas até aqui o principal movimento tem sido apostar em agências de checagem (ou fact-checking, como também são chamadas). Inicialmente independentes, aos poucos, veículos de grande porte, a exemplo do jornal *Extra*, no Rio de Janeiro, e do portal Uol, também começaram a oferecer

o serviço. Apesar de considerar uma boa resposta no contexto atual, Igor avalia que essa corrida por checagem pode trazer alguns efeitos colaterais. “Acho que é um sintoma da crise, mas também uma tentativa de reafirmar o papel de autoridade do jornalismo no sentido de mostrar que ele continua sendo ‘o senhor da verdade’”, analisa. “Isso pode gerar ainda mais desconfiança”.

Agências de checagem acabam cumprindo um papel que deveria estar na base do bom jornalismo: checar a fala de seus entrevistados em vez de meramente reproduzir declarações. Em entrevista à *Radis*, o professor Ivan Paganotti, das Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM-FAAM), não tem dúvidas de que as agências de checagem trazem grandes benefícios em meio à crise de informação que se vive hoje. Mas ele também sustenta que os jornalistas profissionais devem seguir um código de conduta, norma e ética, sendo responsáveis legais pelas informações que publicam. Para ele, muito além das agências, o jornalismo de uma maneira geral precisa deixar mais transparente o seu método de trabalho para o público (leia entrevista na pág. 18).

Ambos os pesquisadores citam como exemplo de enfrentamento de fake news o modo como as redes se mobilizaram para desmentir o boato envolvendo a vereadora Marielle Franco (Psol-RJ), assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março. Dias depois da morte da vereadora, uma série de informações circularam na web, inclusive com montagem de fotos, com a intenção de associar Marielle ao crime organizado. Quando a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Marília Castro Neves reproduziu textos de uma corrente de WhatsApp afirmando que a vereadora havia sido casada com o traficante Marcinho VP, ela ativou a fábrica de fake news. A campanha difamatória prosseguiu com o Movimento Brasil Livre (MBL) compartilhando o conteúdo em seu perfil no Facebook.

Não havia uma só informação verdadeira nesses posts e a mentira foi rechaçada poucos minutos depois em uma urgência poucas vezes vista na web. Posteriormente, a magistrada disse que “se precipitou ao falar no assunto” e, dez dias depois, o Facebook retirou do ar a página Cetiscismo Político, ligada ao MBL, conhecida por distribuir versões distorcidas de notícias. “Acho que houve não só uma comoção mas uma mobilização muito grande da equipe de assessoria de comunicação e jurídica da vereadora e de outros setores que conseguiram reverter a situação até mesmo junto à imprensa mais conservadora”, comenta Igor. Mas sempre fica um rastro, lamenta o professor Ivan Paganotti. “Por mais bem sucedido que esses eventos de desmentidos possam ser, alguns indivíduos continuam propagando os conteúdos inverídicos. O boato viaja mais rápido e mais longe do que a retratação”, lembra ele que, quase três meses após o boato ter circulado, ainda precisa responder a perguntas de alunos em sala de aula “se aquela história era verdade”.

ANTÍDOTO PERIGOSO

Assim como em praça pública não se pode dizer tudo o que se deseja sem que haja consequências, nas redes sociais também não. Os efeitos amplificados na web podem ser devastadores, causando estragos e destruindo reputações em instantes. Existem, atualmente, 20 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional relacionados a fake news. As propostas chegam a enquadrar a criação de notícias falsas na Lei de Segurança Nacional. Dois desses projetos levam em consideração ainda a divulgação de notícias inverídicas nos jornais. O problema é que, da forma como foram elaborados e no afã de combater as fake news, os projetos podem abrir brechas que acabem fomentando um ambiente de censura.

Em carta aberta sobre fake news e eleições na América Latina divulgada no início deste ano, o Instituto Igarapé — que



reúne organizações defensoras do direito à comunicação — se mostrava preocupado com os rumos do debate. “Já vimos iniciativas problemáticas e uma proliferação de leis que visam monitorar e regular ativamente as vozes online e delegar a verificação de fatos às autoridades, enfraquecendo assim o papel de iniciativas independentes de fiscalização da mídia”, apontava o documento. A jornalista Bia Barbosa, coordenadora do Coletivo Intervezoes, acredita que a melhor resposta não é a criminal. Em entrevista à Agência Pública (11/5), ela afirmou que, do modo como vem sendo pensada, a legislação traz muitos riscos. “Pode gerar medo, e teremos milhões de cidadãos que, para não serem considerados criminosos, vão fazer uma autocensura, o que vai gerar um bloqueio no fluxo de informações e compartilhamento de conteúdo.”

Uma coisa é certa: no país em que 12 milhões de pessoas compartilham fake news, como apontado em levantamento do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo (USP), esse fenômeno terá interferência direta nas eleições do próximo dia 3 de outubro. Durante seminário internacional que discutiu o assunto em 22 de junho, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, informou que o TSE e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vão atuar contra fake news dentro dos limites constitucionais, mas acenou que, se comprovado que o resultado das eleições foi influenciado pela difusão de notícias falsas, elas poderão inclusive ser anuladas. Na dúvida, não compartilhe.



“**V**aza, Falsiane!” é o nome do projeto que lança mão da própria linguagem das redes como antídoto contra as fake news. Ivan Paganotti, um dos envolvidos, acredita que a abordagem pedagógica ainda é o caminho mais eficaz para compreender o problema que assusta mas pode apontar saídas para a comunicação no mundo atual. Jornalista e professor das Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM-FAAM), Ivan é também membro do MidiAto, um grupo de pesquisas sobre práticas midiáticas da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Por telefone, ele conversou com *Radis* sobre as muitas aparências assumidas pelas fake news. É bem possível que o diabo seja tão feio quanto pintam, mas também tem seus pontos fracos.

Como definir fake news?

Existem definições diferentes para fake news e há inclusive traduções variadas para o termo em português. Algumas definições consideram que qualquer relato inverídico que se propague e seja reconhecido como novidade pode ser enquadrado nessa categoria. É tão ampla que envolve desde boatos de Whatsapp, posts no Facebook, textos jornalísticos com incorreção publicados na mídia tradicional e sites fabricados propositalmente para abrigar

noticiário fraudulento. De modo geral, não uso essas definições mais amplas porque, ao colocar na mesma categoria fenômenos muito diferentes, elas acabaram trazendo mais dificuldades para lidar com o problema. Se você quer fazer um prognóstico correto, necessita de um diagnóstico preciso.

E que definição você prefere? O que diferencia notícias tratadas como fake news do mero boato?

Alguns autores têm definições mais específicas de fake news. Um aspecto importante desse fenômeno é pensar que elas são feitas e se propagam nas redes sociais. Segundo: simulam o estilo jornalístico, são feitas para aparentar a estrutura ou a linguagem jornalística, querem se parecer com uma notícia — e não só com uma novidade de um modo geral. Terceiro: elas precisam ser comprovadamente falsas, ou seja, é possível verificá-las e atestar que a informação é incorreta. Outros autores vão ser mais específicos ainda e dizer que é preciso ter uma intencionalidade, isto é, que essas notícias tenham sido fabricadas para enganar as pessoas. Com essa definição, alguns autores aqui no Brasil têm procurado traduzir o termo “fake news” como “notícias fraudulentas” ou “noticiário fraudulento” em vez de “notícias falsas”. O Carlos Eduardo Lins da Silva [jornalista e pesquisador da Universidade de

São Paulo], por exemplo, tem preferido essa terminologia porque considera mais evidente essa intencionalidade de enganar. Dessa forma, seria possível distinguir o fenômeno das fake news do exercício do jornalismo tradicional quando esse erra — porque infelizmente o jornalismo também erra e, mesmo os profissionais seguindo métodos muito apurados, podem publicar informação incorreta.

Quais os interesses em jogo?

Os sites fabricados para parecer jornalísticos divulgam informações deliberadamente falsas para ganhar dinheiro com os cliques ou para conseguir manipular parte da opinião pública, tentar influenciar em um processo eleitoral, destruir reputações ou favorecer um indivíduo ou uma empresa ou uma instituição em particular. Além dessa definição mais específica, esses autores também destacam que ocultar a autoria, não identificar claramente quem é o responsável pelo site, pode também ser uma forma de tentar falsificar a sua responsabilidade, daí o termo fake news.

Talvez não seja por acaso que as fake news chegam ao público com essa feição jornalística. Erros de informação, descuido na apuração ou mesmo má fé também fazem parte da história do jornalismo tradicional. É possível fazer essa relação?

Talvez a forma pouco profissional com que alguns veículos jornalísticos se portam seja responsável por parte do fenômeno fake news. Esses sites de fake news enganam o público porque, por mais mal feito que sejam, por mais tosca a conexão dessa informação com a realidade, por mais obscura que seja a forma de eles revelarem suas fontes, isso também às vezes acontece nos veículos tradicionais de jornalismo. Agora, ao analisar o fenômeno, a gente tem uma outra dificuldade — reforçada por grupos ideológicos muito diferentes, no Brasil e no mundo inteiro —, que é a crítica feita por parte da militância, de direita e de esquerda, de que certos veículos de comunicação tradicionais manipulam a informação, mentem, exibem informação incorreta. Essa é uma crítica válida e muitas vezes os veículos realmente cometem erros e precisam inclusive ser responsabilizados por isso. Mas essa retórica da crítica pode ter consequências bastante danosas, criando uma impressão em parte do público de que todos os relatos são igualmente válidos, de que toda informação publicada é igualmente digna de confiança ou de desconfiança e de que tudo é a mesma coisa. Às vezes, você cria esse mecanismo de desmoralização e deslegitimação dos veículos tradicionais com essa crítica até um pouco simplista e automática de que tudo é ruim, tudo manipula, tudo mente e de que os meios de comunicação não são confiáveis, e, infelizmente, isso pode ter contribuído para essa sensação de que um site desconhecido tem a mesma validade de um veículo tradicional. Agora, se podemos dizer que uma parte da responsabilidade pela propagação desses sites é da forma com que alguns veículos jornalísticos tradicionais usam seus relatos e publicam informações não muito confiáveis, por outro lado, isso também pode ser uma oportunidade para esse jornalismo tradicional.

De que maneira?

É um fenômeno quase contraditório e complexo, que envolve fatores políticos e econômicos bem diversificados. Mas o jornalismo pode ver essa histeria contra as fake news como uma oportunidade para mostrar a importância da informação melhor apurada e para evidenciar o relato responsável e a transparência de seus métodos.

Por que as fake news encontram um ambiente tão fértil no mundo atual?

Temos alguns fenômenos sociais mas a gente não pode ignorar

também as características tecnológicas. Primeiro, do ponto de vista social, o fato de existirem plataformas que democratizam a publicação permite que mais pessoas tenham acessos a canais de produção ou reprodução de conteúdo. Isso cria um desafio porque muitas pessoas às vezes não reconhecem muito bem os dilemas morais, éticos ou até os limites legais para publicação e difusão de informações. Do ponto de vista tecnológico, o fato de essas plataformas sociais (Facebook, Twitter ou mesmo Whatsapp) misturarem registros distintos faz com que a gente tenha conteúdos muito diferentes circulando quase que simultaneamente em um só canal — o seu feed de notícias ou o diálogo no seu grupo de whatsapp. Por exemplo, você está acessando essas redes sociais e vê a foto de um sobrinho seu, o convite de aniversário de uma amiga, um meme engraçadinho, um vídeo de um gato entrando em uma caixa e, ao mesmo tempo, um conteúdo extremamente partidário, um artigo opinativo e um relato jornalístico, tudo misturado. Quem apenas vê a plataforma sem clicar, sem se aprofundar, sem olhar de onde veio, acaba dando o mesmo status de verdade para todas essas informações. Então, como essa foto de meu sobrinho é válida, como esse aniversário realmente vai acontecer ou como eu concordo com aquela opinião política, se eu recebo uma informação, eu acabo assumindo que ela é verdadeira por estar nesse mesmo canal. Isso demanda um treinamento do público, uma educação midiática, para que o público passe a identificar os registros diferentes, os gêneros textuais mais informativos, mais opinativos, de entretenimento, que são todos válidos, mas a gente precisa saber reconhecer os tipos de texto e qual a sua conexão com os fatos. Participo de um projeto, o “Vaza, Falsiane!” [em parceria com Leonardo Sakamoto (PUC-SP) e Rodrigo Ratier (Faculdade Cásper Libero)], que é um curso ultrapotap para lutar contra a desinformação e contra as fake news, cuja ideia é justamente usar a própria linguagem que esses mecanismos usam para propagar fake news no sentido de desfazê-las, mostrando o que é informação, o que é opinião, quais os estudos científicos sobre isso, para entender como essas informações podem trazer danos inclusive para quem as propaga. Essa abordagem da educação, para nós, parece mais válida.

Como se desmente algo em que as pessoas querem acreditar?

Às vezes é importante diferenciar a propagação orgânica, quando os leitores passam adiante motivações que são diferentes. Tem gente que às vezes é enganada e fica frustrada com essa enganação, que não queria contribuir para propagar informação incorreta. Esse grupo talvez seja nosso objetivo primeiro: são aquelas pessoas que ainda estão preocupadas com a informação factual, que foram enganadas mas não querem enganar ou passar isso para frente. E existem aquelas pessoas que, em algumas circunstâncias, aceitam tomar liberdades com a verdade para defender seus pontos de vista. Esses são os casos mais complicados porque são aquelas pessoas que pensam assim: “Se essa informação não é muito correta mas serve aos meus objetivos políticos, então maquiavelmente os fins justificam os meios, eu vou dar uma forçada de barra, uma exagerada aqui porque quero defender o meu ponto de vista e vou fazer com que as pessoas da minha rede social, do meu feed de notícia, meus leitores, meus seguidores no Twitter, votem em meu candidato, defendam minha proposta política, então, eu vou instrumentalizar isso com desrespeito à verdade”. Esses são os casos mais complicados e aí a gente precisa descobrir como mostrar para essas pessoas que, mesmo no jogo político, isso é problemático. Você perde leitores, quando apela nos seus argumentos com informações desrespeitosas ou quando tenta enganar as pessoas com informações incorretas. Mas essa é uma motivação que a gente precisa levar em consideração no momento de uma intervenção mais pedagógica. (A.C.P.)

Desconstruindo o boato

Boatos.org, precursora das agências de fact-checking no país, vem desde 2013 se especializando em caçar rumores, lorotas, embustes que se espalham virtualmente. Entre abril e junho, *Radis* acompanhou o trabalho da equipe do site, formada por quatro jornalistas, que verificou pelo menos 20 histórias relacionadas com a temática “Saúde”. Elas mereceram o selo de “#boato” — classificação que a página utiliza sempre que identifica artimanhas por trás do relato.

No início de abril, depois de confirmada a morte do pediatra goiano Luiz Sergio de Aquino Moura por complicações causadas pelo vírus H1N1, uma série de conteúdos relacionados ao assunto começou a circular pela internet — a maior parte deles, alarmista e sem nenhuma conexão com os fatos. Um áudio do Whatsapp garantia a existência de um novo vírus, intitulado “H2N3”. A voz de uma mulher informava que o vírus matava em três dias e que não respondia à vacina. Dizia ainda que, em Goiânia, já havia casos confirmados e 72 óbitos suspeitos e que a Organização Mundial da Saúde (OMS) encobria o assunto para não alarmar a população. Com algumas variações, o áudio seguia o roteiro padrão das mensagens que viralizam na web. A começar pelo alerta de que se trata de “um comunicado verídico” e terminando com um: “Isso é muito sério. Passe para o máximo possível de pessoas que você puder”.

O editor do site, o jornalista Edgard Matsuki, conta que a equipe começou a receber dezenas de pedidos de averiguação da mensagem e que, a partir de monitoramentos em redes sociais (a exemplo da mensuração de compartilhamentos), ficou claro que a mensagem precisava de uma análise. “Sabíamos que o tema estava muito em voga na época. Muitas pessoas estavam com medo do H3N2, que havia causado mortes nos EUA, e um áudio de um administrador da Santa Casa de uma cidade do interior de São Paulo pedindo recursos e falando de um ‘quadro catastrófico’ acabou viralizando”, explica. “Como muitos boatos que se modificam, o que era um alerta sobre o H3N2 ficou um alerta sobre o novo vírus H2N3”. Atentem para a breve variação na sigla que identifica o suposto vírus.

Para verificar a legitimidade das mensagens, a equipe costuma fazer pesquisas em documentos ou mesmo solicitar dados oficiais e realizar entrevistas. Mas com o tempo foi adquirindo desenvoltura para perceber os artificios que se repetem. Nesse caso, nem foi preciso avançar muito. “Quem trabalha com

fact-checking precisa saber ‘um pouco de tudo’ e a gente aprende com os desmentidos”, explica o jornalista responsável por Boatos.org. Para começar, ele já sabia que o termo H2N3 soava estranho. “Comecei a pesquisar por estudos a respeito do genótipo do vírus. Descobri um que falava que não havia casos desde 1968”, continua. “Mais uma pesquisa de dados e descobrimos, na época, que o número de casos de gripe era menor em 2018 do que no mesmo período de 2017”. Para além disso, o modelo de texto era o de sempre. “Vago, alarmista, com erros de português, sem citar fontes confiáveis e com pedido de compartilhamento. Seguindo esses dados que apontam inexistência do vírus, a fonte da informação e a falta de notícias sobre o assunto, chegamos à conclusão de que a história era falsa”.

A história foi desmentida pela plataforma no dia 6 de abril, cinco dias antes de o Ministério da Saúde se manifestar para esclarecer que o áudio que estava circulando nas redes sociais e aplicativos de smartphones propagava informações inverídicas sobre o vírus da gripe. Em nota oficial, o ministério afirmou que não existe vírus da gripe H2N3 no Brasil e que o país possui uma rede de unidades sentinelas para vigilância da influenza — ou seja, da gripe H1N1 — em todos os estados. O Boatos.org ainda contestou outros áudios derivados desse primeiro. Em 5 de maio, tachou com o selo de #boato uma nova mensagem de áudio compartilhada via Whatsapp que dizia que o vírus H3N2 havia matado um médico no Recife.

A plataforma surgiu em junho de 2013 e, em cinco anos, desqualificou mais de 3 mil boatos. O jornalista idealizador do site trabalhava em editorias de tecnologia de portais de notícias Uol e na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), quando diagnosticou que havia muitos boatos circulando em rede “e pouca gente para desmentir”. “Achava absurdo a forma com que as pessoas eram enganadas via internet”, diz, acrescentando que até sabia que os boatos eram um problema, mas foi só com o passar do tempo que começou a perceber a real dimensão do “estrago” que uma notícia falsa pode causar. O selo de #boato não existia no início, sendo adotado para valer apenas em janeiro de 2015.

Boatos.org também se especializou em contestar histórias de caráter mais fabuloso, espécie de lendas urbanas ou relatos puramente sensacionalistas. A primeira “notícia desmentida”, lembra Edgard, foi em relação a boatos de morte do ator Jack Chan. Ele diz ser difícil apontar qual dos relatos verificados pela

NÃO COMPARTILHE BOATO

Como reconhecer fake news e fugir de boatos compartilhados por Whatsapp, sites, blogs e perfis nas redes sociais? A agência de checagem de notícias Aos Fatos alerta: “Redes sociais são apenas um começo, não a melhor fonte”. Na dúvida, não compartilhe.

- Verifique a URL, ou seja, o endereço do site. Atenção para sites que tenham nomes muito parecidos com os de veículos tradicionais. Isso faz parte da estratégia dos sites de fake news para ludibriar leitores.

- Procure pela autoria. Tente identificar o responsável pelo site ou o autor da publicação. Também não esqueça de observar as fontes. Esse tipo de veículo muitas vezes não deixa claro quem são os entrevistados, omite sobrenomes e

costuma lançar mão de dados de pesquisas ou instituições pouco confiáveis ou inexistentes.

- Fique atento à linguagem. Sites de fake news escorregam na linguagem e cometem erros frequentes de português.

- Na dúvida, vale a pena checar a informação em outros veículos. Mas não basta “dar um Google”. Sites de notícias falsas costumam replicar conteúdos similares criando a sensação de que a informação está em muitos lugares. O ideal é saber se o relato em questão também foi publicado em outros endereços e fontes que você já conhece e confia.

- Atenção: notícias fraudulentas normalmente têm textos carregados de adjetivos ou com conotação pejorativa que

equipe teve maior repercussão. “Há muitas variáveis, tanto de circulação quanto em dificuldade de apuração”, garante. Mas ele afirma que os boatos envolvendo o “caso Marielle” — quando a vereadora assassinada no Rio de Janeiro teve seu nome associado ao do traficante Marcinho VP (ver matéria principal) — e o anúncio de uma nova greve de caminhoneiros, logo após decretado o fim da primeira no final de maio, foram os que mais circularam.

Na busca por brechas, furos, qualquer detalhe e equívoco das mensagens e mesmo os estratagemas que expõem a má fé dos criadores de notícias falsas e boatos — nem sempre de quem os repercute —, Boatos.org cataloga as inverdades por segmento como saúde, política, entretenimento. No período observado por *Radis* (de início de abril até fim de junho), foram localizados cerca de 100 boatos que afetavam diretamente a vida dos brasileiros. Como a informação de que o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) estaria contratando 2630 profissionais com carteira assinada (4/4) ou aquele outro que garantia que a Caixa Econômica Federal estaria liberando PIS/PASEP salarial para quem trabalhou de 2005 a 2018 (20/6). Esse último dizia que, para saber se o nome do crédulo leitor estava na lista, bastava entrar em determinado site e compartilhar o link. #boato.

Coube a Edgard investigar a mensagem de que Ricardo Oliveira Galvão Pinheiro, que morreu durante o incêndio e desabamento do prédio no Largo do Paissandu, em São Paulo, no início de maio, era membro do PCC, matador de policiais (por conta de uma tatuagem de palhaço), além de ser a pessoa que cobrava aluguel de quem estava no prédio e possuir extensa ficha criminal. Em meio à repercussão do assunto, a vítima da tragédia e da desigualdade social no país virou também vítima de boatos. Depois de ter um perfil no Instagram divulgado em uma matéria, Ricardo teve sua vida devastada em textos que passaram a circular na internet.

“Assim como em muitos casos, a história rodou mais por preconceito do que por causa de dados”, analisa Edgard, que vasculhou todos os pontos de três textos compartilhados à exaustão. “Quando desmentimos a história, a tese que apontava que Ricardo era bandido já circulava há três dias. Nesse período, as únicas ‘provas’ contra ele eram fotos de perfis no Instagram. Não havia um depoimento de alguém que o acusasse ou mesmo prova de que era ele que cobrava aluguéis”. Segundo o jornalista, as teses tinham algumas variações. Nenhuma se sustentava. “O caso mostra o quanto importante é buscar fontes confiáveis antes de compartilhar. Por causa de estereótipos, estavam compartilhando uma acusação falsa contra alguém que havia morrido tragicamente. Achei importante fazer esse desmentido”.



Para verificar boatos ou sugerir um tema para ser analisado, acesse <http://www.boatos.org/>

apelam para emoções e estados de espírito, uma vez que internautas costumam compartilhar conteúdos que reforçam suas crenças pessoais. Na maioria das vezes, há apenas uma perspectiva em vez dos muitos lados dos fatos.

- Leia a matéria completa e não apenas a chamada.

- Se um site carrega certa fama de publicar conteúdo falso, vale redobrar os cuidados. Verifique se são disponibilizados o Expediente do veículo, endereço para contato, área para comentários etc. Esse tipo de veículo não tem por hábito reconhecer ou corrigir seus erros.

- O tom do veículo também é importante. Muitos sites são conhecidos por praticar um jornalismo de paródia ou

sátira, a exemplo do Sensacionalista ou do Piauí Herald. Cuidado para não compartilhar uma piada como informação verdadeira.

- Procure a data original da publicação. Há notícias que aconteceram de fato mas em outro momento. Tente não reproduzir informação descontextualizada.

- No caso dos boatos, qualquer rastro é importante. Procure por nomes, lugares e detalhes que ofereçam mais credibilidade a informação. Fuja de mensagens que tragam como fonte “o marido da prima da cunhada do sobrinho” ou coisa parecida. E desconfie de mensagens que acabam com “Compartilhe essa informação”. Esses são alguns dos indicativos de que a mensagem pode não passar de boato.

AGROECOLOGIA

IVENA

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES
QUILOMBOLAS E SEMI-QUILOMBOLAS
DE SÃO CARLOS E SUARÉ

ANA

MÍDIA NINJA

Alimento da

Encontro valoriza experiências de cultivo que promovem o respeito ao ambiente, à saúde e às identidades dos povos

Luiz Felipe Stevanim

A palmeira de babaçu é uma árvore-mãe. Na região da Mata dos Cocais — bioma de transição entre o cerrado, a caatinga e a Amazônia —, o povo costuma dizer que a palmeira alimenta os filhos como uma mãe. De seu fruto, o coco de babaçu, vem o sustento para as famílias que vivem da extração para produzir leite de coco, óleo, sabão e farinha. Imponente, a palmeira se destaca na vegetação como uma guardiã e seus frutos levam cerca de nove meses para amadurecer — mesmo tempo de uma gestação. Outra semelhança vem dos cachos, que lembram seios que amamentam — de cujas amêndoas se tira um leite com propriedades nutritivas. Mães também são as quebradeiras de coco, mulheres que extraem o fruto da palmeira e lutam para preservar a árvore que é fonte de sustento.

São também lideranças e guardiãs em suas comunidades, com forte herança indígena e quilombola, espalhadas pelos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Dona Dijé, nascida Maria de Jesus Bringelo, de 67 anos, e Maria do Socorro Teixeira Lima, de 66, são duas dessas mulheres. Elas contam como decidiram se organizar em cooperativas e associações para fortalecer o trabalho das quebradeiras de coco babaçu e defender a preservação da palmeira e do cerrado. A região em que vivem integra aquela que é considerada a principal fronteira agrícola brasileira, conhecida como Matopiba (que reúne a sigla de quatro estados brasileiros: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). A área é cobiçada pelo agronegócio para a criação de gado e a produção de soja e eucalipto. “Nossas terras estavam sendo tomadas pelo arame, pelo boi e pelo capim. Para criar boi, precisavam derrubar a mata e

DESIGN: CAROLINA MEYER

MÍDIA NINJA

MÍDIA NINJA

MÍDIA NINJA



MÍDIA NINJA

EDUARDO DE OLIVEIRA

ANA

diversidade

ali estava indo embora a nossa sobrevivência”, relata Dona Dijé, coordenadora adjunta do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), quilombola da comunidade de Monte Alegre, pertencente ao município de São Luís Gonzaga (Maranhão).

Durante o 4º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que reuniu cerca de 2 mil participantes em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho, muitos queriam ouvir os relatos dessas mulheres, conhecer a sua luta e se inspirar em seus exemplos. Porém, antes mesmo de ouvir falar no termo “agroecologia”, as quebradeiras de coco já faziam esse trabalho na prática. “A gente já fazia agricultura familiar sem veneno, só não sabíamos que era uma coisa tão bonita chamada agroecologia”, afirma à Radis Maria do Socorro Lima, coordenadora geral da Rede Cerrado, organização que luta pela preservação desse bioma e das populações tradicionais que vivem nele, como indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, vazanteiros, pescadores artesanais, extrativistas, geraizeiros, apanhadores de flores e agricultores familiares. Ela ressalta que manter o cerrado em pé é condição para uma vida saudável. “Os fazendeiros desmatam um mundaréu de terra para plantar capim. Acabam as palmeiras, acaba a água. O bioma cerrado é

essencial para a preservação da água e da vida”, defende.

O verso de uma cantiga entoada pelas quebradeiras revela a história vivida por muitas delas: “Ô mulher, te chamo porque essa luta é tua/ Deixa essa cozinha, porque essa luta é tua”. “Para quebrar o coco, muitas vezes a gente deixava os meninos em casa, fazia um chá de tamarindo, porque não tinha nem o café para dar aos filhos. Deixava o menino mais velho cuidando dos menores”, relembra Dona Dijé. Com o tempo, essas mulheres perceberam que não bastava trabalhar e extrair a amêndoa do babaçu: era preciso se organizar politicamente em cooperativas e associações, para valorizar o produto e defender os direitos das comunidades e a preservação da natureza. Assim nasceu o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1991, ao lado de outros movimentos e fóruns de populações tradicionais da região. “Hoje não temos mais vergonha de dizer: eu sou quebradeira de coco, eu luto pela terra, pelo babaçu, pelo igarapé, pelo rio”, ressalta. “Quando fazemos isso, a gente está lutando para ter um ambiente saudável e para que a gente possa sobreviver”.

Sem a mata, não existe a palmeira e o sustento das famílias. Por isso, as quebradeiras de coco denunciam o desmatamento e a privatização das terras pelo agronegócio.



MÍDIA NINJA

EDUARDO DE OLIVEIRA

MÍDIA NINJA

EDUARDO DE OLIVEIRA



Com o avanço do gado, do eucalipto e da soja na região, as palmeiras tornam-se “prisioneiras” em terras privadas guardadas por cerca elétrica. “Nossa luta é por terra e território. Sem terra e sem território, nós não podemos produzir. Vamos encharcar as favelas e as grandes cidades. O que vai sobrar para nós são os últimos pedaços da periferia, lá onde ninguém vai nos ver”, reflete Dona Dijé. A luta para promover uma relação saudável e respeitosa com a terra e o ambiente começa em seus próprios lares. “O primeiro enfrentamento é dentro de casa, porque a gente tem que começar a fazer essa discussão com nossos filhos. Quem tem marido, com os maridos, na busca do entendimento de que a gente precisa preservar o meio ambiente. Sem ambiente saudável, não existe saúde”, aponta.

Enquanto o trabalho das quebradeiras incentiva uma relação comunitária com a terra, em que as palmeiras não têm um “dono” e sim pertencem a toda comunidade, o agronegócio se sustenta com base no latifúndio. Por isso, uma das reivindicações do movimento é pela criação de leis de proteção à atividade de extração (conhecidas como “lei do babaçu livre”). Em alguns municípios do Maranhão, como Lago do Junco, São Luiz Gonzaga e Imperatriz, a luta dessas mulheres já levou à implementação de leis desse tipo, que garantem o acesso livre às palmeiras. “A terra para nós é o espaço de liberdade. Quando a gente tem a terra, a gente tem o babaçu, as matas, o rio. É o maior bem comum que o ser humano pode ter”, acrescenta. Dona Dijé conta que as quebradeiras conhecem cada canto das veredas e sabem se orientar pelo sol quando é hora de ir e voltar para o trabalho — fruto de uma tradição herdada dos povos indígenas e quilombolas, de quem aprendeu a ouvir os sinais da natureza.

Com o passar do tempo, ela percebeu que este não é um caminho para se percorrer sozinha: por isso a importância da organização do movimento das quebradeiras de coco babaçu. “A gente lutava para manter a palmeira de babaçu em pé. Hoje a gente luta porque as nossas palmeiras começam a ser envenenadas de avião, o povo bota óleo no olho das pindobas para matar”, relata. Para ela, a produção sustentável, que garante a soberania alimentar da população, é um contraponto ao modelo sustentado pelo agronegócio. “Como nós mulheres somos resistentes, as palmeiras também são: resistem ao fogo, à seca, e elas não morrem”, enfatiza. O que os diferentes povos do Brasil precisam, diz, é de “alimento para viver” e não “para morrer”.

AGROECOLOGIA: SUBSTANTIVO FEMININO

“As mulheres são como as águas: quanto mais se juntam, mais força têm”. Essa constatação serviu de hino para as participantes da Plenária das Mulheres, que abriu a programação do 4º ENA, em um resgate da relação das populações que vivem da terra com os rios brasileiros. Cada região foi representada por um rio: Amazonas (Norte), São Francisco (Nordeste), Paraná (Sul), Araguaia (Centro-Oeste) e Doce (Sudeste). Ao invocar a orixá Oxum, mãe das águas doces para as religiões de matriz africana, as mulheres e representantes de povos tradicionais denunciaram a “morte do rio Doce”, provocada pelo vazamento, em 2015, da barragem da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, em Mariana (MG).

“As mulheres são como as águas: quanto mais se juntam, mais força têm”.

Os versos de autoria do músico Emílio Dragão, da banda Djambê, cantados pelas participantes, denunciavam o descaso do Estado brasileiro em relação ao crime ambiental: “Rio de lama / Doce, agora amargo / Vem de Mariana, desceu rejeito / Não tem pra ninguém / E varre cama, e sonho, e segue tudo pro além / E diga: Vale / Quanto vale a vida de alguém?”. Para Shirley Krenak, representante do povo Krenak, que habita a região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, os povos indígenas estão se unindo e gritando para trazer o pedido de socorro da “Mãe Terra”. “Cortaram todos os meus galhos, a Vale, a mineração, pensando que meu povo ia morrer. Mas veio o sol e a chuva e me deu vida para viver”, denunciou, em um canto que mistura lamento e esperança.

O encontro de Belo Horizonte — que reuniu uma diversidade de experiências e projetos em agroecologia, com o tema “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade” — contou com a participação de povos indígenas de 31 etnias, quilombolas, agricultores familiares e urbanos, extrativistas, pescadores artesanais, representantes de comunidades ribeirinhas e outras populações tradicionais, além de estudantes, pesquisadores e educadores. Um dos destaques foi a afirmação do protagonismo das mulheres na luta pela agroecologia e pela soberania alimentar, com o lema “Sem feminismo, não há agroecologia”. “As mulheres estão na vanguarda e na liderança da construção da agroecologia e da defesa dos bens comuns”, afirmou Maria Emília Pacheco, antropóloga e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

Na visão de Maria Emília, a luta das mulheres reforça que a agroecologia se faz por meio da construção de valores: contra o patriarcado, o machismo, o racismo e o etnocídio de populações indígenas. “Esse é um momento de repolitização, de resistência contra as políticas neoliberais e contra o desmonte das políticas públicas, de afirmação de direitos e contra os acordos que prejudicam a sociedade e o povo brasileiro”, destacou, em sua fala na Plenária das Mulheres. Ela apontou que a crise no abastecimento provocada pela greve dos caminhoneiros, em maio, mostrou a dependência do país em relação aos combustíveis fósseis e a um modelo de agricultura baseado no agronegócio e nos agrotóxicos, incapaz de promover segurança e soberania alimentar para a população. “É um momento de afirmação da nossa capacidade de resistência e de mostrar que uma sociedade que se move tão fortemente pelos combustíveis fósseis deixa de ver alternativas para o modelo dominante de agricultura”, enfatizou.

Fontes seguras e soberanas de alimentos para o Brasil encontram-se na agroecologia, ressaltou Maria Emília; porém, ela lembrou que o contexto atual aponta para o desmonte das políticas públicas de combate à fome e incentivo à agricultura familiar, com o risco de que o país retorne ao “Mapa da Fome”, do qual não faz parte desde 2014 (*Radis 186*). “Fica evidenciado o quanto nosso sistema alimentar depende da capacidade e do poder da agricultura familiar e camponesa, dos povos indígenas e comunidades tradicionais para alimentar o Brasil”. Segundo ela, no contexto atual de crise política e econômica, o movimento agroecológico afirma que existem alternativas que oferecem “comida de verdade para o campo e a cidade”: com qualidade, sem veneno, produzida e distribuída por pequenos produtores. “Onde existe uma relação mais próxima e direta com os





“A terra é o espaço da
liberdade”, afirma Dona
Dijé, quebradeira de coco do
Maranhão, mulher negra e mãe



EDUARDO DE OLIVEIRA



consumidores, não há desabastecimento. Nesse momento fica muito visível a importância do estreitamento dos laços entre campo e cidade”, completou.

Para a integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em Mato Grosso, Lucinéia Freitas, a agroecologia não é apenas uma técnica ou um modo de produzir alimentos, mas um projeto de sociedade baseado numa luta antimachista, antirracista e antipatriarcal. “Se tem machismo, racismo e patriarcalismo, não existe agroecologia. Pode ter produção sem veneno e orgânica, mas agroecologia não existe”. Na avaliação dela, um dos desafios internos é superar a violência contra a mulher existente nos lares e afirmar o protagonismo feminino no campo. “Quando a gente vai para o eito [plântio], não é como ajuda, é como trabalhadora que somos”, afirmou. Outra voz foi a da pajé Vanda Macuxi, do estado de Roraima, que relembrou que as roças de seu povo sempre fizeram agroecologia e produziram sem agrotóxico. Ela também enfatizou a necessidade de reconhecer e respeitar as diferentes culturas e modos de ser e estar no mundo. “Me aceita como sou. Se não me aceita, você que cure seu preconceito”, pontuou.

Já Noemi Krefta, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em Santa Catarina, destacou que a agroecologia tem um papel de resistência, ao preservar e promover a diversidade da alimentação brasileira. “Nossos quintais foram sendo reduzidos cada vez mais. Em muitas casas, a gente viu o milho híbrido e a soja tomando conta, onde antes havia verduras, hortaliças, frutíferas, plantas medicinais e até flores”. Segundo ela, a produção de poucos ou apenas um produto (monocultivos), em grandes latifúndios, empobreceu a alimentação brasileira e, ao invés de garantir o abastecimento, aumentou a fome; também foi responsável pelo surgimento de doenças, com o uso de agrotóxicos. Por isso, diz, é necessário construir outro modelo de alimentação, livre de transgênicos, venenos e alimentos “químicos e sintéticos”. “As sementes são patrimônio dos povos indígenas, quilombolas e dos trabalhadores do campo, que querem se alimentar e produzir”, defendeu.

QUILOMBOLAS: TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

No sul do Estado de São Paulo, quase na divisa com o Paraná, a região por onde corre o rio Ribeira do Iguape é considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco por ser a maior área remanescente de Mata Atlântica do país (21% do que resta desse bioma). O Vale do Ribeira também concentra o maior contingente de quilombos do estado de São Paulo, além de populações caiçaras, indígenas, pescadores tradicionais e pequenos agricultores. “A região tem grande potencial de recursos naturais e acaba despertando a cobiça por parte dos grandes empreendimentos. Hidrelétricas e mineração já deixaram bastante

feridas em relação a formas de opressão a essas populações”, conta Rodrigo Marinho da Silva, quilombola da comunidade de Ivaporunduva, no município de Eldorado (SP), e integrante da Equipe de Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone).

O rio é parte da identidade dessas comunidades, como Rodrigo explica: de suas águas e das terras em seu entorno, elas retiram o sustento para as famílias, mantendo uma relação respeitosa e saudável com o ambiente. “A maioria dessas comunidades está localizada na margem do rio e todo seu sistema agrícola, todas suas formas de produção, toda sua vivência está ligada ao rio”, ressalta. Por isso, as experiências agroecológicas — de cultivo e produção sustentável — fazem parte do cotidiano dessas populações. “O desafio é mostrar que a agroecologia é algo que as comunidades sempre fizeram. Às vezes as pessoas perguntam: ‘O que é agroecologia?’, mas estão lá fazendo na prática”, ressalta à *Radis*. Segundo ele, esse modo de se relacionar





A luta das mulheres do campo e da cidade afirma que não há agroecologia sem feminismo

EDUARDO DE OLIVEIRA

as pessoas que vivem no entorno. “No caso de um desastre, a gente não tem nem dimensão do impacto”, completa.

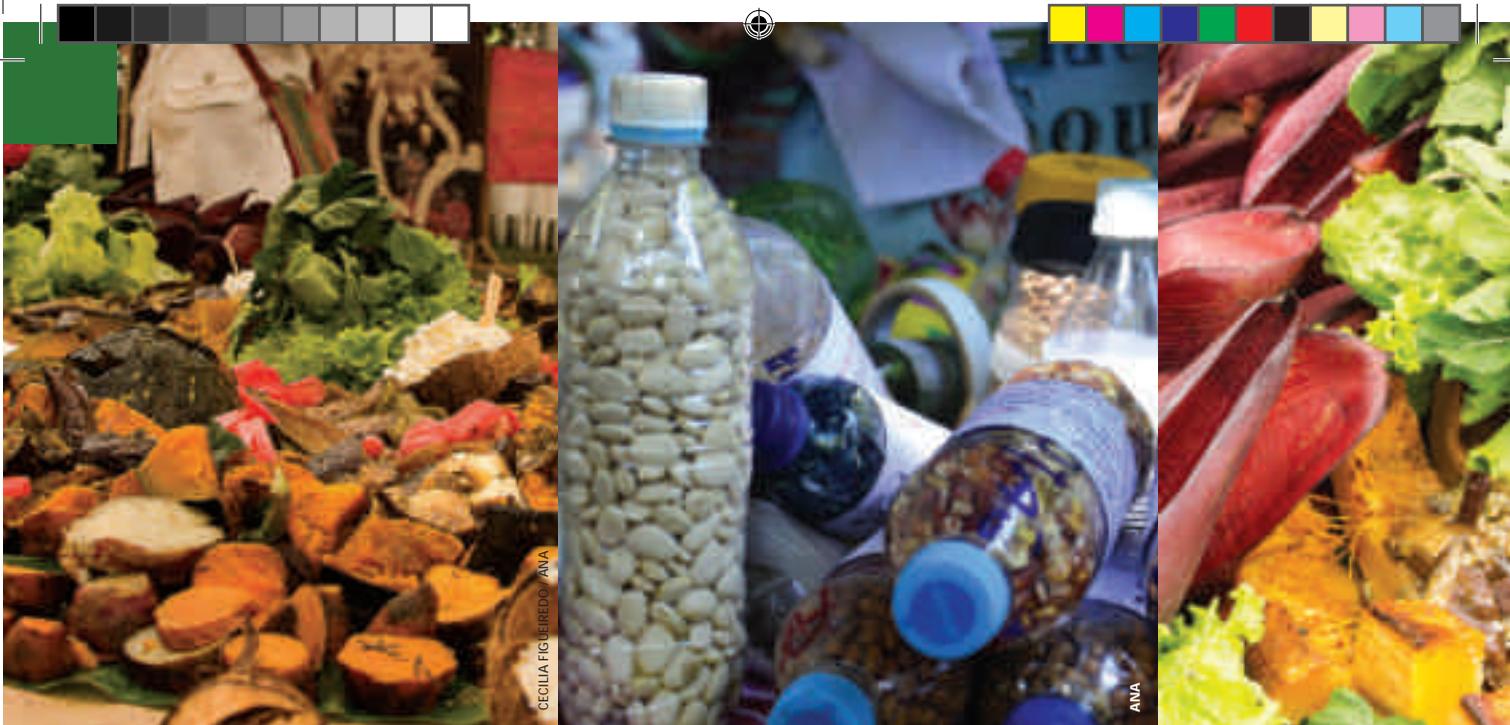
Outra consequência das grandes obras é a perda e a desapropriação das terras das comunidades quilombolas e populações tradicionais, pois muitas ainda não são reconhecidas e não foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Um dos impactos mais preocupantes é o esvaziamento do território, pois essas comunidades são ancoradas na terra. As pessoas são desapropriadas e removidas para as grandes cidades e vão ser mais uma estatística das periferias das grandes capitais”, considera Rodrigo. Para ele, o território quilombola faz parte da memória de luta e resistência de seus antepassados, que encaravam a terra não como “propriedade privada”, mas como um “bem da comunidade”. “O Vale é uma região que concentra cerca de 88 quilombos, em vários estágios, desde aqueles que a gente sabe que são quilombos, mas ainda não se reconheceram, até os que já foram titulados”, aponta.

A organização em que ele atua trabalha para ajudar no reconhecimento e na titulação das comunidades da região, mas mesmo aquelas que já ganharam o direito à terra ainda convivem com ameaças de vizinhos e outras pessoas que continuam vivendo no território. A mesma realidade é compartilhada por outros quilombolas pelo Brasil. No Espírito Santo, onde existem cerca de 100 dessas comunidades, a principal ameaça é a produção de celulose. “Em Conceição da Barra [município capixaba], 75% da área agricultável está ocupada por eucalipto. Mesmo assim, esse município tem uma das menores rendas per capita do Estado. Esse eucalipto todo não oferece nada para a sobrevivência da nossa gente; ao contrário, a monocultura só traz prejuízo e doenças”, conta Arilson Ventura, liderança quilombola e integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

com a terra também pode ser pensado como forma de reviver um território degradado.

Quando as barragens construídas pelas hidrelétricas e pela mineração inundam grandes áreas, perde-se, além da terra cultivável, uma parte da própria história das comunidades. “O rio que corre nesse vale também é cobiçado porque ele tem um potencial gigantesco de geração de energia elétrica. As empresas que geram energia e as mineradoras querem se apropriar disso, uma vez que as comunidades estão na margem do rio, porque historicamente ele é um símbolo da região, que recebeu muitos escravos na época do Brasil colônia”, pontua. A luta das populações tradicionais conseguiu impedir a construção de uma grande barragem (Tijuco Alto), pelo Grupo Votorantim, em 2016, que obteve um parecer negativo do Ibama; mas atualmente ainda existem 15 pedidos de PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas) nos 470 quilômetros de extensão do rio. Outra ameaça trazida pelas barragens, de acordo com Rodrigo, é o risco de desastres, que atingem principalmente

comunidades tradicionais são patenteados e comercializados pela indústria de cosméticos e produtos farmacêuticos, como constata Angela Gomes, engenheira florestal e especialista em etnobotânica afro-brasileira. “Grande parte do conhecimento que trouxemos da África em forma de sistema de cura foi chamado de feitiçaria. Quando é feito por nós, chama-se banho de descarrego e é coisa atrasada e primitiva. Quando é feito pelo capital, chama-se banho de ofurô. A indústria farmacêutica pega a nossa ‘garrafada’, reconhece e registra, e ela passa a ser vendida como ‘tintura’ por um preço altíssimo”, exemplifica. Para ela, a agricultura nasceu “agroecológica” na África — e junto com os povos trazidos para o Brasil com a escravidão, também vieram conhecimentos e afetos. “Quando colocam projetos de mineradoras em cima de nosso território, é porque estamos sendo tratados como invisíveis. Quando fomos soterrados pela Samarco, quem estava na frente eram quilombolas. Não é só nosso saber, é a nossa vida que está em jogo”, alerta.



Cultivos da

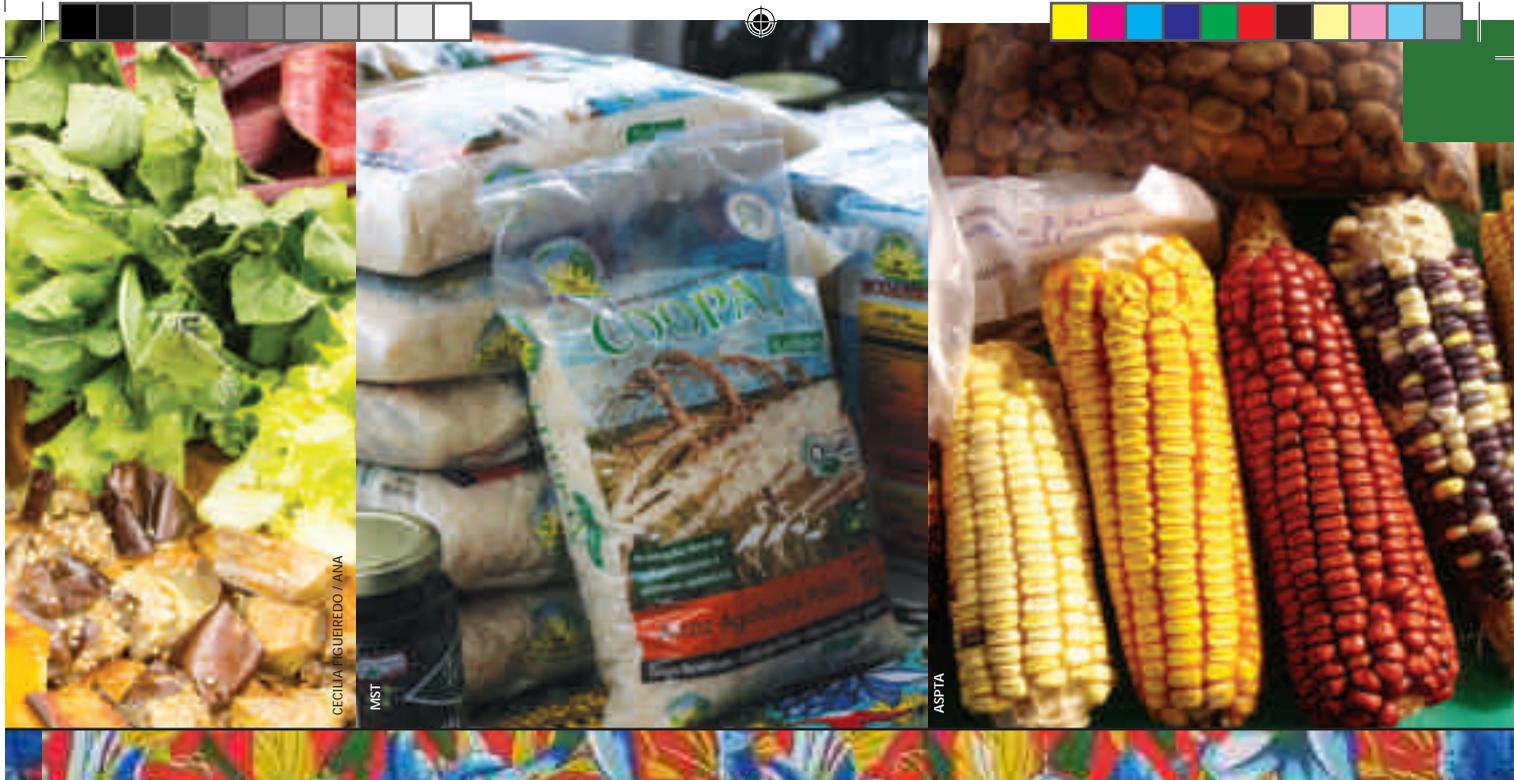
Agroecologia denuncia consequências do modelo predatório de agricultura e propõe saídas ao agronegócio e aos agrotóxicos

O testemunho de Lorislene Qvdo, indígena da etnia Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, denuncia a prática de pulverização aérea de agrotóxicos na proximidade da aldeia. “As crianças, os idosos e o resto do pessoal sofrem bastante com o veneno. A aldeia é cercada pelas plantações de cana e soja. Sofremos com a intoxicação e a contaminação das águas”, afirma. Outros relatos também mostram os impactos desses produtos à saúde e ao ambiente. O apicultor Renato Baldez, que vive há nove anos no acampamento Marli Pereira da Silva, do MST, em Paracambi (RJ), narra que as abelhas de seu criadouro foram dizimadas porque um companheiro do assentamento usou glifosato (agrotóxico conhecido como “mata mato”, produzido pela Monsanto) em uma área próxima a uma fonte de água. “Perdi 15 caixas de abelha por conta do veneno. A gente precisa conscientizar também os pequenos produtores, porque muitas vezes não percebemos o que acontece com o pouquinho de veneno que a gente joga”, conclui.

Esses depoimentos apontam na mesma direção do “Dossiê científico e técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.229/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara)”, lançado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) durante o Seminário Agrotóxicos e Transgênicos, no 4º ENA. O

documento reúne 15 notas técnicas de instituições científicas e organizações da sociedade civil contra o chamado “Pacote do Veneno”, dentre elas a Fiocruz, o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O projeto torna mais flexíveis as regras para adoção de novos agrotóxicos no país e propõe a mudança do nome “agrotóxico” para “defensivo fitossanitário”, além de por fim à participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) na regulamentação desses produtos.

Mesmo com a oposição da comunidade científica, o parecer favorável ao “Pacote do Veneno” apresentado pelo deputado Luiz Nashimori (PR-PR) foi aprovado por 18 votos a nove na Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o assunto (25/6). Porém, como lembrou Guilherme Franco Netto, especialista em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade e pesquisador vinculado à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção à Saúde da Fiocruz, a luta não terminou, pois o projeto ainda precisa passar pelo Plenário da casa e pelo Senado — o que dá tempo para que a sociedade seja alertada sobre as ameaças que ele representa. “O que nós pretendemos fazer é sensibilizar os deputados quanto aos riscos que existem da aprovação desse PL da maneira como está”, relata.



CECÍLIA FIGUEIREDO / ANA

MST

ASPTA

resistência

Guilherme chama a atenção para outra proposta que também tramita na Câmara e vai no sentido oposto: o PL 6.670 de 2016, construído a partir de contribuições da Abrasco, propõe a criação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara). A ideia é implementar ações para reduzir, de maneira gradual e contínua, o uso desses produtos na produção agrícola, pecuária, extrativista e no manejo de recursos naturais. “Nós tivemos uma manifestação como nunca houve com essa dimensão, incluindo toda a rede de instituições científicas que integram a SBPC, favoravelmente ao PL que propõe a redução de agrotóxicos. Nosso olhar agora está voltado para fazer com que esse projeto seja levado adiante”, aponta Guilherme.

Para Rogério Dias, engenheiro agrônomo e vice-presidente para a Região Centro-Oeste da ABA, a tramitação do “Pacote do Veneno” não levou em conta a posição da sociedade civil e das instituições de pesquisa, que alertam sobre os riscos dos agrotóxicos à saúde e ao ambiente. “O desequilíbrio de forças é enorme. É um processo que tentou nitidamente impedir a sociedade de participar, mas conseguimos mobilizar e fazer cada vez mais pressão”, afirma. Segundo ele, uma das estratégias adotadas é ganhar tempo adiando a votação, enquanto se mobilizam apoios contra o “Pacote do Veneno”.

Fernando Carneiro, pesquisador da Fiocruz Ceará, observa que o novo dossiê reforça a posição da comunidade científica contra os agrotóxicos — já consolidada com o “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, de 2015. “Existe uma unanimidade nacional contra o PL do Veneno. Só que a boa ciência e a boa técnica não estão tendo espaço no Congresso. A comissão especial [que analisa o PL 6.229/2002] é composta majoritariamente pela bancada ruralista e são parlamentares financiados pela indústria do veneno e pelo agrotóxico”, destaca. Durante

o 4º ENA, o deputado federal Padre João (PT-MG), um dos apoiadores do Pnara, recebeu o novo Dossiê Abrasco da mão de pesquisadores e representantes de organizações da sociedade civil e destacou que o relatório será um instrumento importante para embasar cientificamente a luta no Legislativo contra o “Pacote do Veneno”.

Para Raquel Rigotto, professora e pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), os agrotóxicos são uma ameaça aos trabalhadores do campo e às populações que vivem próximas aos cultivos e ao meio rural. Um estudo coordenado por ela e concluído em 2018 apontou a presença de oito casos de má formação congênita e dois casos de puberdade precoce em crianças de 4 e 5 anos de idade em comunidades da Chapada do Apodi (entre Rio Grande do Norte e Ceará). “Podemos comprovar a relação entre a contaminação ambiental por agrotóxicos, causada pelas empresas do agronegócio, inclusive transnacionais, e crianças que nasceram sem os braços e as pernas e com outras má formações. É a contaminação chegando na intimidade do corpo das pessoas”, pontua. Ela também ressalta que os camponeses da região têm cinco vezes mais câncer do que outros trabalhadores segurados da Previdência Social. “É preciso criar áreas livres da mineração e do agronegócio, para que as famílias possam viver em seus modos tradicionais de vida”, salienta. Ela aponta a agroecologia como uma “semente de resistência”, ainda que sob ameaça. “A agroecologia vem sendo ameaçada pelo agronegócio das frutas, do eucalipto para a celulose, da cana, pelas mineradoras e pela transposição do rio São Francisco”.

Já Guilherme Franco Netto lembra ainda que a agroecologia está intimamente ligada à agenda das Nações Unidas para a Década de Ação sobre Nutrição, que abrange os anos de 2016



A Feira de Sabores e Saberes, durante o 4º ENA, contou com a participação de produtores orgânicos de todo o país e com um banquete agroecológico

ANA

e 2025. A ONU definiu para o período o objetivo de promover políticas para acabar com a fome e erradicar a desnutrição em todo o mundo, além de assegurar o acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis. “No nosso entendimento, a agroecologia é um caminho importante a ser trabalhado no sentido de fortalecer essa agenda estratégica. Está mais do que claro que o padrão de alimentação e nutrição tem uma influência enorme na saúde das pessoas”, enfatiza o pesquisador à *Radis*. Guilherme reforça que a Fiocruz colocou o assunto em destaque no IV Seminário de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, em agosto de 2017; e um novo seminário sobre o tema está previsto para novembro de 2018.

SEMENTES DA TRADIÇÃO

Uma das alternativas aos produtos transgênicos são as chamadas sementes crioulas, produzidas pelos agricultores familiares e comunidades quilombolas, indígenas ou de assentamentos, com base nas tradições melhoradas e adaptadas de geração a geração. “Cada camponês tem uma semente guardada, que faz parte da sua história e identidade. Historicamente são eles que guardam as sementes para plantar”, explica Philippe Caetano, integrante do Movimento Camponês Popular (MCP), em Sergipe. Segundo ele, as empresas da área agrícola impõem aos pequenos agricultores a necessidade de comprar as sementes das grandes indústrias — com isso, os produtores acabam perdendo a tradição de “cuidar” de suas próprias sementes. “Nos últimos anos, o agronegócio impôs uma agenda em cima do campesinato, dizendo que as sementes dos camponeses não prestavam e impondo um modelo de sementes híbridas e transgênicas, que carregam consigo todo o pacote do agronegócio”, afirma.

Para Philippe, um dos desafios da agroecologia é organizar os camponeses e camponesas para lutar por seus direitos e construir um processo de produção limpa, de alimentos saudáveis, capazes de alimentar todo o povo brasileiro. “Não podemos deixar a produção de alimentos nas mãos do agronegócio. O campesinato tem o

compromisso de produzir comida limpa, em quantidade e a preços acessíveis para todo esse povo”, defende. Na sua visão, comida é um assunto sério; por isso, é preciso garantir o protagonismo e a autonomia do camponês, rompendo a dependência em relação à cadeia produtiva do agronegócio. “O camponês produz, mas compra parte de seus insumos do agronegócio e é colocado como parte dessa cadeia produtiva”, avalia.

Um dos caminhos para o fortalecimento dos pequenos agricultores, segundo ele, são políticas públicas e medidas voltadas para o resgate das sementes crioulas. “Em Sergipe conseguimos resgatar cerca de 10 variedades de milho e cinco de feijão. Nacionalmente são mais de 20 variedades de milho diferentes”, conta. Além da diversidade de cores e sabores, esse trabalho também traz autonomia financeira aos trabalhadores do campo, que não precisam comprar mais das grandes indústrias para fazer o plantio. “O resgate passa por identificar quem são os guardiões e as guardiãs que ainda têm as sementes crioulas e incentivar que essas pessoas multipliquem suas sementes, também por meio de melhoramento”, completa.

SEMIÁRIDO AGROECOLÓGICO

Para Marcos Jacinto, integrante da coordenação executiva da Articulação do Semiárido, a questão da água é um elemento central para os projetos de agroecologia, especialmente no Semiárido, região que abrange um quinto do território brasileiro. “Na região Semiárida, nós não temos a mesma disponibilidade de água que em outras regiões do país. O agronegócio, o hidronegócio e a indústria consomem grande parte da água que a gente tem disponível”, pontua. Por isso, falar de água ali é construir alternativas de resistência. De acordo com ele, as famílias da região já têm sofrido com os cortes nas políticas públicas; e para manter a continuidade dos projetos de sustentabilidade e agricultura familiar, as organizações que formam a ASA têm buscado parceria com outras instituições, como o BNDES. “Questões





como o acesso à água, a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda são essenciais para a permanência das famílias na terra”, constata. Ele lembra que a região viveu um período de estiagem entre os anos de 2012 e 2016, em que não foram registradas mortes relacionadas à seca, resultado que se deve às políticas de combate à fome.

Os versos do músico Roberto Malvezzi falam de uma prática comum no Semiárido: “Colher a água / Reter a água / Guardar a água / Quando a chuva cai do céu”. O armazenamento de água para abastecer as famílias, os animais e os cultivos na época de estiagem foi transformada em política pública por meio do Programa Cisternas (Programa Nacional de Apoio à Captação de Água e outras Tecnologias Sociais), criado em 2003. Porém, de acordo com Marcos, essa e outras políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e de convivência com o semiárido encontram-se ameaçadas pelo corte de investimentos governamentais. “Na última década e meia, nós tivemos importantes avanços na construção de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural no semiárido. Mas a gente vê a retirada de investimentos e o abandono dessas políticas, e o risco de o Brasil voltar ao ‘Mapa da Fome’ é preocupante”, relata à *Radis*.

Falar de convivência com o Semiárido é também tratar de formas sustentáveis de relação com a terra e o ambiente, que estão associadas às experiências de agroecologia, na avaliação de Marcos. “Nós entendemos que a convivência com o Semiárido é algo que se constrói a partir do diálogo com os sujeitos, com as pessoas que estão no dia a dia fazendo suas lutas, resistências e alternativas”, ressalta. Para ele, essas estratégias incluem a gestão da água, o empoderamento dos sujeitos, a produção de alimentos e a garantia de segurança e soberania alimentar. “É preciso afirmar que a água, as sementes e a terra não são mercadorias. São bens públicos a serviço da humanidade”, aponta.

CONFLITOS NO CAMPO

A região conhecida como “Bico do Papagaio” é uma porção do estado de Tocantins que, no mapa, lembra o bico dessa ave. É

também uma “zona de fronteira”: entre o Cerrado e a Amazônia; e entre os estados de Tocantins, Maranhão, Pará e Piauí. Como explica João Palmeira, integrante da Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), a região tem outra característica marcante: a forte presença de migrantes nordestinos, que vieram expulsos pela seca, avançando em direção à fronteira agrícola. O contraste entre o grande latifúndio e os pequenos agricultores e extrativistas levou a um cenário de disputas pela terra. “Essa é também uma região de intensos conflitos nos anos 1970 e 1980, em que acontece o assassinato do padre Josino Moraes Tavares [integrante da Comissão Pastoral da Terra no Bico do Papagaio, em 1986]”, conta.

O próprio João tem uma história pessoal marcada pelos conflitos no campo: seu pai, um sindicalista rural, foi assassinado em 1975 quando ele tinha 8 anos. “Os trabalhadores se organizam em associações, cooperativas e sindicatos para consolidar uma identidade comum e resistir. Existe um sentimento de pertencimento a uma grande região e a uma história comum de luta”, explica. De acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o número de trabalhadores e trabalhadoras rurais assassinados devido a conflitos no campo em 2017 foi o maior desde 2003: ao todo, foram mortas 70 pessoas no ano, incluindo sem terras, indígenas, quilombolas, pescadores, assentados, entre outros (*Radis 188*).

João avalia que o avanço do interesse do agronegócio na região Amazônica, com o projeto do Matopiba, trouxe um novo contexto de ameaças aos trabalhadores rurais: enquanto no passado a principal intimidação era feita pela pistolagem, hoje as populações do campo precisam também lidar com a chegada dos grandes empreendimentos. “A violência hoje vem de outra forma, por meio de grandes projetos de desenvolvimento, colocados pelo governo e pelo agronegócio. O conjunto de barragens construídas nos rios Tocantins e Araguaia impactam as comunidades extrativistas, das quebradeiras de coco e dos assentamentos da reforma agrária, com o avanço da soja e do eucalipto”, reforça. “Nós temos o eucalipto, a soja e as barragens como desafios colocados para a gente. Mas o babaçu, as quebradeiras de coco e os assentamentos fazem um embate de resistência e resiliência”, conclui. 

Carta Política do IV ENA: Pela união do campo e da cidade

No Dia Mundial do Meio Ambiente (5/6), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) divulgou a Carta Política do 4º ENA, resultado dos quatro dias de debates ocorridos em Belo Horizonte. O documento ressalta a necessidade de unir os trabalhadores do campo, das florestas, das águas e das cidades, ao enfatizar que “a agroecologia cultua e se alimenta da diversidade”. Também denuncia o apoio político, econômico e ideológico dado pelo Estado brasileiro a projetos relacionados a um modelo de desenvolvimento e abastecimento alimentar socialmente excludente e comprometedor da saúde coletiva, que considera a terra como simples mercadoria. “As vozes dos territórios que aqui ecoaram denunciam a violência e o autoritarismo do latifúndio, dos monocultivos, da mineração, das obras de hidrelétricas e demais projetos do grande capital orientados a explorar a natureza de forma predatória para a produção de *commodities*, produtos ou bens primários”, diz o texto.

A carta também ressalta as conquistas que ocorreram no campo agroecológico brasileiro nos últimos anos: em 2012, as iniciativas nessa área foram reunidas na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que se somou à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2006. Os participantes também apontam que os resultados obtidos com as políticas de combate à fome encontram-se sob ameaça com os cortes nos investimentos públicos e “o desmonte neoliberal sobre o Estado Democrático de Direito”. “Na última grande seca, finalizada no ano passado, a maior em 100 anos, temos orgulho de dizer que nenhuma vida humana foi perdida”. O texto também enfatiza a necessidade de consolidar as lutas contra o machismo, o racismo e a homofobia no campo da agroecologia, além de fortalecer a ANA como uma rede de diálogos, por meio de estratégias de comunicação popular e educação no campo.

Leia o texto completo em goo.gl/qmPpYm.



ALEXANDRE KALACHE

"Brasil envelhece sem preparo"

Liseane Morosini

Envelhecendo é gerúndio, porque ninguém envelhece de repente. E é nas condições de vida em que a pessoa vive, trabalha, se diverte, se locomove, que os anos de vida vão sendo somados, diz Alexandre Kalache, uma referência internacional quando o assunto é envelhecimento e longevidade. Durante os 34 anos em que ficou afastado do Brasil, ele foi diretor do Programa Global de Envelhecimento e Saúde da OMS. Desde 2016, voltou a morar no Brasil. E foi em seu apartamento em Copacabana, o bairro mais envelhecido do país, que o médico carioca recebeu a reportagem de *Radis*. Presidente do Centro Internacional de Longevidade do Brasil, ele defendeu o fortalecimento do SUS e alertou que o país tem até cinco anos para criar uma política de sustentabilidade do envelhecimento. "Depois disso a janela de oportunidade pode se fechar".

O Brasil envelhece rapidamente. Que impactos isso pode provocar?

Os países desenvolvidos primeiro enriqueceram para depois envelhecerem; os países em desenvolvimento vão envelhecer na pobreza. O desafio é muito maior em um tempo mais rápido. Na França, foram necessários 145 anos para dobrar a proporção de idosos de 10% para 20%, de 1845 a 1990. Era um dos países mais ricos e por seis gerações foi envelhecendo com recursos para desenvolver políticas em resposta a esse fenômeno. O Brasil vai fazer essa transição em uma geração, em apenas 19 anos. Será um envelhecimento extremamente rápido. Em 2050, seremos tão envelhecidos quanto o Japão de hoje, que é o país mais velho do mundo. Só que eles estão preocupados com o envelhecimento: têm centros de excelência, fazem pesquisas, desenvolvem políticas, preparam quadros e treinam profissionais. Nós estamos envelhecendo na cegueira, sem preparo. A população salta de 14% com mais de 60 anos para 31% daqui a 30 anos. A população idosa do Brasil hoje chega a 30 milhões. Em 2050 vamos ter 64 milhões. Como é que a gente vai se preparar? Porque o curso de vida de um idoso é o adulto jovem de hoje.

Quem é ele?

Uma pessoa que tem um ensino público péssimo, que não consegue emprego digno para pagar uma seguridade social que o sustente daqui a 30 anos. E tudo em um contexto de trabalho formal precário, de ensino público que está piorando e ainda há o congelamento dos gastos sociais por decreto presidencial, que piora tudo. A saúde é criada no contexto da vida cotidiana, onde a pessoa trabalha, que educação recebe, que transporte utiliza, onde se diverte, ama, convive. Quando isso falha, não tem mais política de saúde.

Como define 'envelhecer bem'?

O envelhecimento tem de ser entendido na perspectiva do curso de vida. Ninguém acorda de repente velho. E as pessoas aos 65, 85 ou 20 são o produto dos anos vividos. Para envelhecer bem é preciso juntar quatro capitais: vital, da saúde, do conhecimento e social. Só que a maior parte dos brasileiros chega muito mal nessa velhice, desamparada e com uma pensão ruim. Não tem segurança alimentar e habitacional. Tudo isso faz parte de envelhecer na pobreza, na miséria, em um país muito desigual. Esse é o contexto do curso de vida de quem está hoje envelhecendo no Brasil. Não sei como alguém pode culpar a pessoa que chegou mal à velhice e dizer que ela não se cuidou, que não é resiliente e que a culpa é dela pelo seu estado de saúde.

A faculdade de Medicina prepara para lidar com o idoso?

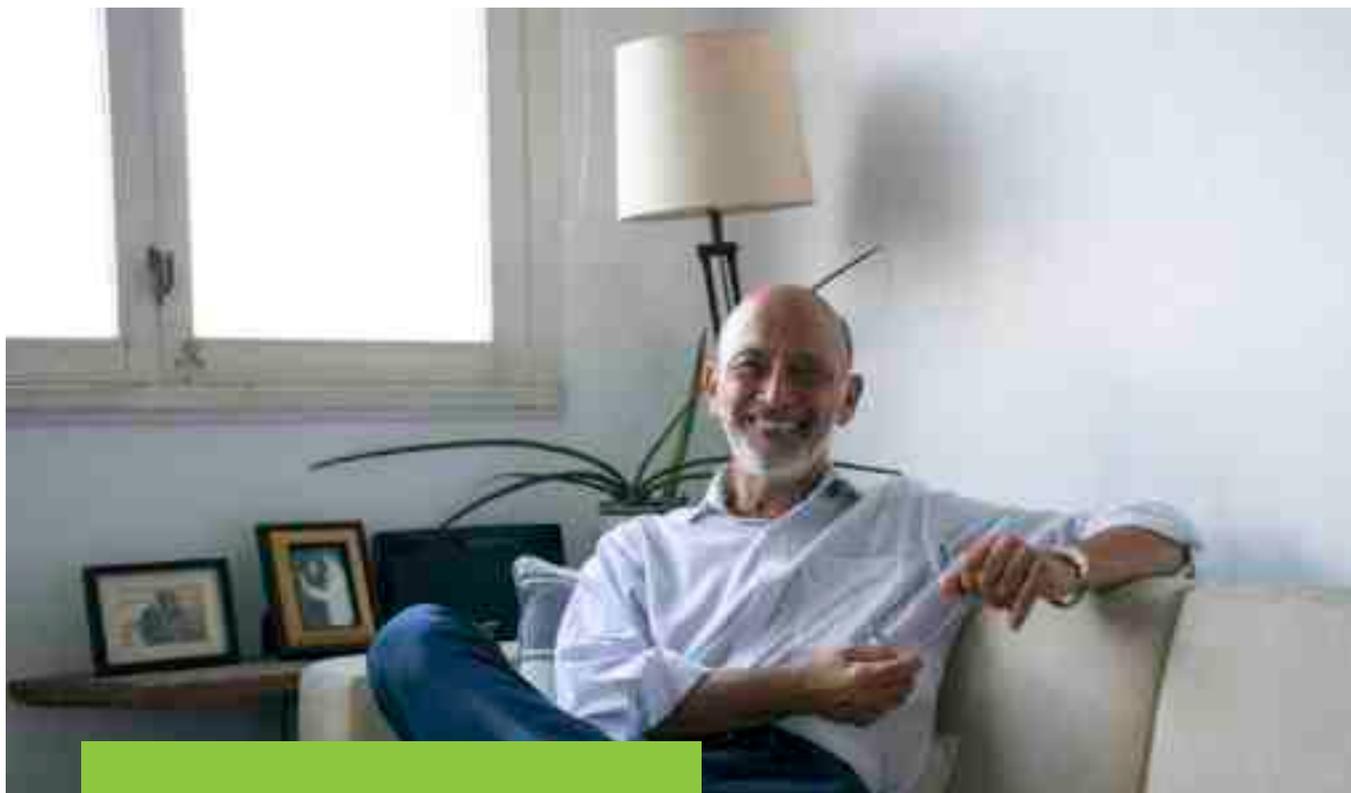
Não, pois o currículo está adequado para um país jovem e ensina mais sobre saúde materno-infantil. O atlas de anatomia mostra um corpo jovem do sexo masculino no apogeu físico de seus 25 anos, com todos os nervos, veias, músculos, tudo perfeito. Lindo. O médico verá outro corpo. Não vai encontrar o baço de uma mulher obesa de 88 anos, nem acertar a dose de medicamentos, que é diferente. Tudo muda. O infarto depois de 75, 80 não dói e a infecção urinária no idoso não apresenta os sintomas esperados.

A quantidade de geriatras é suficiente para atender os idosos brasileiros?

O bom senso recomenda investir na formação de quadros profissionais que saibam mais sobre envelhecimento, mas não estão fazendo isso. No Brasil, hoje, há 1,3 mil geriatras, especialistas com título para uma população de quase 30 milhões de idosos. Deveria ser um por cada 2 mil idosos [15 mil geriatras]. Poucas escolas de Medicina têm Geriatria. Mas eu entendo que é preciso formar todos os profissionais de saúde para ter mais conhecimento de como lidar com um organismo ou uma mente de uma pessoa que está envelhecendo.

Como o senhor se envolveu com o tema?

Eu me formei em 1970, na antiga Faculdade Nacional de Medicina, e em 1975 fui fazer mestrado em Medicina Social na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres. De repente, me vi em um país cheio de velhos. Não tinha pensado que o envelhecimento seria um viés para a minha carreira, mas li no rodapé de um artigo que 83% dos médicos geriatras que trabalhavam na Inglaterra eram do sul da Ásia. Entrevistei 850 membros da Sociedade Britânica de Geriatria, sobre se tinham tido "contato íntimo com idosos na família na adolescência e na infância". Quem tinha adquirido essa familiaridade com os idosos ia para a geriatria e ficava feliz. Os outros se dividiam em dois



"O envelhecimento tem de ser entendido na perspectiva do curso de vida. Ninguém acorda de repente velho. As pessoas são o produto dos anos vividos."

grupos: metade, que tinham satisfação de trabalho, e metade, que estavam frustrados, queriam estar em outra especialidade, mas não tinham conseguido porque a competição era grande.

Qual a importância do SUS para o envelhecimento?

O SUS foi uma grande conquista e hoje está ameaçado. A única chance de envelhecer bem é com um sistema universal de saúde forte que funcione para absorver os problemas e evitar as complicações que vão exigir hospitalização. Só isso pode resolver as questões na base. É um ciclo: a hipertensão pode ser prevenida, mas não se previne, e a pessoa pode ter hipertensão aos 35, 40, 45 anos. Ela não encontra resposta do sistema de saúde porque este está sendo dilapidado. Falta o medicamento certo, o que acaba complicando o quadro. Aí vem obesidade, diabetes e, aos 58 anos, a pessoa tem um derrame em consequência da hipertensão, que poderia ter sido prevenida e que acaba custando mais caro. Se essa pessoa não morrer, poderá ficar 30 anos hemiplégica e necessitar de alguém que a cuide. É um impacto enorme nas famílias, especialmente nas mais pobres. É por isso que eu vejo que, em vez de desenvolvermos as melhores políticas, estamos andando para trás. A gestão pública nessa área é cega por decisão própria. Essa é a cegueira dos responsáveis pelas políticas de saúde, que não enxergam a grande conquista que o SUS é: estão transformando em uma bomba-relógio que vai explodir, e rápido.

O que acha da Estratégia Brasil Amigo do Idoso, lançada em abril pelo governo?

Eu não entendo como o mesmo governo que achata o nível

de investimento social, em educação e saúde, e dificulta a situação do idoso tem a ousadia de falar de um Brasil Amigo do Idoso. Eu não acredito nesse projeto.

Qual seriam as ações mais importantes e urgentes?

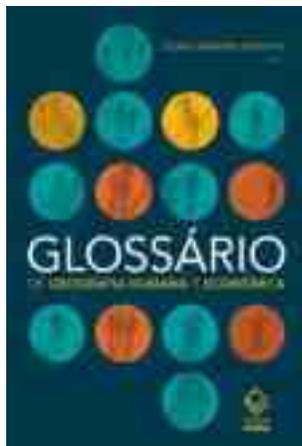
É preciso centrar na saúde comunitária, caprichar na atenção primária, reforçar o SUS, ensinar quem vai viver e trabalhar tantos anos quanto eu. Trabalho há 48 anos, estou formado há 50 anos. Quem se formar em 2020 e trabalhar tanto assim vai chegar em 2070. Serão 78 milhões de idosos no Brasil. Estamos quase perdendo a chance, pois a janela de oportunidades pode se fechar em breve. Hoje o país já nem é tão jovem. A ONU considera um país envelhecido quando 14% da população têm mais de 60 anos e nós estamos quase lá. Daqui a cinco anos vai ter mais idosos do que jovens. Os problemas tendem a se agravar se nada for feito. Se não há jovens suficientes para entrar no mercado de trabalho, bem formados, competitivos e produtivos, teremos uma base menor para sustentar mais idosos. Uma saída é investir em educação continuada, para que esses idosos continuem produtivos por mais tempo. Mas, agora, 40% dos idosos no Brasil são analfabetos. Nós temos pouco tempo para firmar uma política de sustentabilidade para o envelhecimento.

A sociedade se recusa a olhar para seus idosos?

Sim. Por preconceito, por ser hedonista, por cultivar a beleza física. Não pode ter ruga, ser careca, ter cabelo branco, tem que estar sarado, faz parte da nossa cultura. O jovem é que é "bonito". Não há respeito, não há uma cultura de reverência ao idoso. Só que cultura não se muda por decreto. Temos que informar, educar e batalhar para transformar. Hoje eu noto que a mídia fala mais em envelhecimento do que antes. Pode não ser suficiente nem se traduzir em política, mas fala. Entenda que a pessoa não envelhece diferente do que foi. Ninguém amanhece com 65 anos, mas envelhece ao longo da vida. Envelhecendo é gerúndio. Por isso é importante falar sobre o curso de vida. Tem gente reclamando do envelhecimento como se fosse culpa do idoso. Qual a alternativa? Ou você envelhece ou morre cedo. 📌

PUBLICAÇÕES

Glossário geográfico



Um conjunto de palavras-chave das subáreas da Geografia Econômica e Geografia Urbana para auxiliar pesquisadores e estudantes na elaboração de questões, projetos e metodologias, o **Glossário de Geografia Humana e Econômica** (Editora Unesp), organizado pelo pesquisador Eliseu Sposito Savério, apresenta 41 verbetes escritos por 29 especialistas no assunto, que se articulam para examinar conceitos como cidade, espaço urbano e espaço público, até aspectos importantes da Geografia

Industrial, do pensamento e do conhecimento geográficos, como espaço, pós-modernidade, temporalidade e violência.

História da saúde



Uma obra de referência para os estudiosos e interessados em conhecer a diversidade do campo de estudo, **História da Saúde no Brasil** (Editora Hucitec), organizado por Gilberto Hochman, Luiz Antonio Teixeira e Tânia Salgado Pimenta, oferece uma visão de conjunto do complexo desenvolvimento da saúde no país, desde o período colonial até as reformas sanitárias do século 20. Na obra, artigos tratam de temas variados como doenças no contexto

escravista, educação médica, eugenia, caridade e filantropia e políticas públicas.

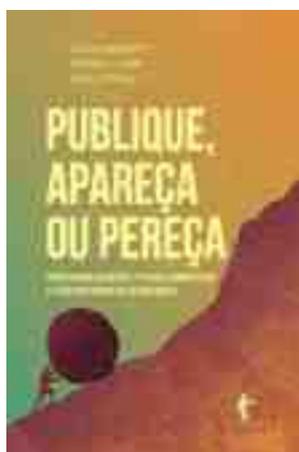
Ciência aberta



Elaborado pelo grupo de trabalho sobre o tema na Fiocruz, o **Livro Verde — Ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional**, sistematiza e analisa as experiências de oito países e da União Europeia em dados abertos, destacando o papel estratégico das agências de fomento, e ressaltando que, na administração pública, as políticas de abertura de dados governamentais estão

voltadas para a transparência pública, o acesso à informação e à participação social do cidadão. O livro está disponível em <https://goo.gl/2Mzsyv>

Produção acadêmica



Em **Publique, apareça ou pereça: Produtivismo acadêmico, "pesquisa administrada" e plágio nos tempos da cultura digital** (Editora Ufba), Lucídio Bianchetti, Antônio Zuin e Obdália Ferraz analisam a realidade da produção acadêmica nos tempos da "sociedade do espetáculo", destacando o produtivismo acadêmico, assim como o controle da pesquisa, o plágio, a necessidade de aparecer pela quantidade de publicações

em mídias determinadas, e a emergência de um novo tipo de conhecimento cujo processo e resultados são induzidos de fora da universidade.

EVENTOS

9º Congresso Internacional da ABEH

Realizado a cada dois anos, o Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), fortalece, nesta edição, a aproximação de diferentes áreas do conhecimento, que versem sobre discussões da diversidade sexual e de gênero interseccionalizadas com as questões raciais. Resumos de trabalhos científicos podem ser submetidos até o dia 15 de agosto.

Data 28 a 30 de novembro de 2018

Local Fortaleza, CE

Info <http://congressoabeh.com.br>

8º Congresso Internacional de Urgências, Emergências e Cuidados Intensivos

Organizado pela Sociedade Cubana de Medicina Intensiva e Emergências, em parceria com outras entidades, o evento tratará de temas variados como experiências na atenção ao paciente grave em áreas intensivas, cuidados especializados em unidades de cuidados coronários, ajuda solidária a outros países, integração das emergências médicas em situações de desastres, novas tecnologias, nutrição, além de formação de recursos humanos.

Data 5 a 8 de março de 2019

Local Havana, Cuba

Info <http://urgrav2019.sld.cu>

A NOVA 'ONDA' DA AIDS



Lígia Kerr

Há alguns anos, pesquisadores vêm anunciando o “fim da aids”, baseados nos avanços dos tratamentos desenvolvidos para a infecção pelo HIV. Estas medicações representaram, sem dúvida nenhuma, avanços incalculáveis, que vêm salvando milhares de vidas, não só das pessoas contaminadas, mas de seus possíveis parceiros sexuais, que ficam mais protegidos pela redução da transmissão. Entretanto, a afirmação sobre o fim da aids leva pouco em consideração a complexidade da sexualidade humana, os fatores culturais e sócio-político e econômicos das diferentes sociedades onde o HIV/aids se apresenta como epidemia.

De fato, mais recentemente, contrário ao que havia sido afirmado, a literatura internacional começou a reconhecer o crescimento de casos da infecção pelo HIV entre homens que fazem sexo com homens (HSH) em diversos países. Esta é uma das populações-chave mais desproporcionalmente afetadas pelo HIV, e a este aumento de casos, alguns pesquisadores têm chamado de “segunda onda da aids”.

No Brasil, a estimativa da prevalência da infecção pelo HIV na população de HSH era desconhecida até 2009. Governo e Organizações Não Governamentais (ONGs) decidiram juntos realizar o estudo. Dez cidades foram escolhidas nas cinco regiões administrativas do Brasil. O resultado foi preocupante: a prevalência da infecção pelo HIV estimada para esta população foi de 12,1%, cerca de 20 vezes maior do que a prevalência na população geral. O segundo estudo ocorreu em 2016, sete anos após, agora em 12 capitais brasileiras. O resultado foi muito além do que se imaginava: a prevalência subiu para 18,4%, ou seja, 46 vezes maior do que a população geral. Como explicar este aumento? O que ocorreu que pudesse explicar esta diferença tão significativa?

O crescimento da infecção pelo HIV entre os HSH era esperado pelos pesquisadores brasileiros. Uma das razões é devido a uma intensa redução das medidas preventivas voltadas a estas populações específicas que se iniciou logo após a realização do primeiro estudo. Campanhas governamentais foram coibidas por interferência direta daquilo que foi chamado Bancada BBB, termo empregado para se referir aos parlamentares armamentistas, bancada “da Bala”; à bancada ruralista, denominada “do Boi”; e à bancada evangélica, chamada “da bíblia”.

Estas bancadas se juntaram com o objetivo de votar agendas conservadoras que incluíram a proibição de atividades preventivas voltadas às populações chaves no Brasil, entre eles os HSH, as mulheres transgêneros, as profissionais do sexo e os usuários de drogas. Cartilhas preparadas por profissionais altamente qualificados e que discutiam sexualidade nas escolas ficaram estocadas nos porões do governo federal, pois sua distribuição foi proibida por esta mesma bancada.

As mudanças sociopolíticas ocorridas no período, permitindo o extravasamento do ódio pelos pobres, negros e pelas minorias e a redução de políticas para diminuição da homofobia produziram um impacto no crescimento observado de cerca de 120% a 140% no relato de ter sofrido história de discriminação por estes homens, registrado entre os estudos de 2009 e 2016.

As ONGs, instâncias mais próximas da comunidade HSH que trabalhavam com esta população e que sempre foram parceiras importantíssimas do governo no direcionamento das análises

da epidemia e nas ações preventivas a serem tomadas, ficaram totalmente sem financiamento governamental, e a maioria acabou fechando suas portas. Uma enorme porta da prevenção foi fechada para esta comunidade. Como resultado de todas estas políticas, a redução do uso do preservativo tem sido observada em praticamente todas as populações, tanto entre pessoas que se identificam como heterossexuais, como entre os homossexuais. O estudo de 2016 registra um crescimento de relações sem camisinha de 24%, entre jovens.

A camisinha é uma estratégia muito importante na prevenção da transmissão da infecção, mesmo não sendo a única. Além da redução do uso do preservativo, cresceu, entre os HSH, a percepção de que eles têm pouca chance de se infectar pelo HIV. Por outro lado, decresceu o percentual entre a comunidade daqueles que nunca se testaram para o HIV. Outro aspecto observado foi um aumento expressivo do número de parceiros sexuais e da busca de parceiros, muitas vezes anônimos, através do uso de novas tecnologias como apps tipo Grindr, Hornet, Tinder e WhatsApp.

Observou-se, ainda, uma espécie de “banalização” da aids, uma doença hoje crônica, mas ainda sem cura, e cujos tratamentos podem trazer inúmeros efeitos colaterais. Jovens afirmaram na pesquisa de 2016 que “a aids não assusta mais”. Como dito anteriormente, o tratamento da aids foi um enorme avanço clínico, epidemiológico e político. Entretanto, o uso dos medicamentos não deve passar a ser uma resposta biomédica que venha a substituir ou reduzir as respostas sociais e políticas.

A sexualidade humana é algo muito mais complexo, para se acreditar que o êxito do controle da epidemia possa ser simplesmente fruto apenas da disponibilidade de medicações. Existem diferentes estratégias de prevenção e tratamento precoce que fazem parte de um complexo de medidas preventivas disponíveis e que esta comunidade precisa ter acesso.

A própria comunidade precisa conhecer o que está acontecendo com ela para criar e implementar aquelas estratégias que mais lhe sejam apropriadas para redução da infecção. No Brasil, a EC 55 (promulgada em dezembro de 2016, esta EC nasceu da Proposta de Emenda Constitucional PEC 241 que, no Senado, virou PEC 55), medida que congela por até 20 anos as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas apenas pela inflação, promove cortes que têm atingido tragicamente o Sistema Único de Saúde, maior responsável pelo tratamento da aids no país. A EC 55 significa uma redução de investimento em áreas como saúde e educação, ameaçando promover, em poucos anos, um enorme fosso de desigualdade e um contingente significativo de pessoas infectadas fora do tratamento.

É necessário redirecionar os esforços para o enfrentamento da epidemia nas populações mais expostas ao risco de infecção, articulando-as com ações para a população geral. É necessário recuperar princípios essenciais, como reconhecimento do problema e mobilização da sociedade em busca de soluções, que neste caso não são simples, mas são factíveis. Infelizmente, esta não parece, nem de perto, ser a opção do governo que hora conduz o país. 

Pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e coordenadora do estudo “HIV prevalence among men who have sex with men in Brazil”. integra em <https://bit.ly/2JTBkoL>

Fundação
Oswaldo Cruz

9^ª

Olimpiada
Brasileira de
Saúde
e Meio Ambiente



*Você professor do
Ensino Fundamental
e Ensino Médio*

Não perca tempo e inscreva os trabalhos dos seus alunos nas modalidades **Produção Audiovisual, Produção de Texto ou Projeto de Ciências.**

31 de julho
encerram-se as inscrições
Acesse www.olimpiada.fiocruz.br



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

